

Valores da Economia Solidária e Políticas Públicas: possibilidades de aproximação

Valores de la Economía Solidaria y Políticas Públicas: posibilidades de aproximación

Values of Solidarity Economy and Public Policies: possibilities of approximation

Kaio Lucas da Silva Rosa*

kaio.rosa@sou.unifal-mg.edu.br

Ana Carolina Guerra**

ana.guerra@unifal-mg.edu.br

Dimitri Augusto da Cunha Toledo***

dimitri.toledo@unifal-mg.edu.br

Resumo: O fenômeno da economia solidária abrange um rol de iniciativas e agentes transversalmente ligados pela geração do trabalho organizado a partir de valores e pressupostos próprios. No entanto, não se trata de um movimento uniforme, mas sim, de um movimento de propósitos variados. A intervenção do aporte público para a geração de trabalho e renda, segundo o prisma da economia solidária, insere um importante agente a essa dinâmica: o gestor público. A compreensão, as crenças e o processo valorativo dos gestores públicos de políticas de economia solidária são parte do panorama de quem constrói essa outra economia, adotada por algumas agendas governamentais. Com base nisso, este estudo propõe identificar quais valores da economia solidária são predominantes segundo a percepção de gestores e ex-gestores brasileiros de políticas públicas. Metodologicamente, sendo uma pesquisa teórica-empírica, o instrumento Escala de Valores da Economia Solidária (EVES) foi aplicado aos 43 respondentes, e a análise foi realizada segundo os procedimentos de estatística descritiva. Com isso, obteve-se as configurações predominantes de valores dos gestores de políticas públicas de economia solidária que, apesar de múltiplas, apresentam-se atinentes ao que a bibliografia constitui como a proposta de organização do trabalho e de representações da vida social, segundo os valores da economia solidária.

Palavras-chave: Valores da Economia Solidária, políticas públicas de Economia Solidária no Brasil, Gestores Públicos

Resumen: El fenómeno de la economía solidaria abarca una serie de iniciativas y agentes vinculados transversalmente por la generación de trabajo organizado en base a sus propios valores y supuestos. Sin embargo, no se trata de un movimiento uniforme sino de un movimiento de propósitos variados. La intervención del aporte público para la generación de trabajo e ingresos, según el prisma de la economía solidaria, inserta un agente importante a esa dinámica: el administrador público. La comprensión, las creencias y el proceso valorativo de los administradores públicos de las políticas de la economía solidaria, son parte del panorama de quien construye esa otra economía, adoptada por algunas agendas gubernamentales. Con esa base, este estudio

* Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Brasil

** Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Brasil.

*** Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Brasil.

propone identificar cuáles son los valores predominantes de la economía solidaria, según la percepción de los administradores y ex administradores brasileños de las políticas públicas. Metodológicamente, siendo una investigación teórica-empírica, el instrumento Escala de Valores de la Economía Solidaria (EVES), fue aplicado a 43 encuestados, y el análisis fue realizado según los procedimientos de la estadística descriptiva. Con eso se obtuvieron las configuraciones de valores predominantes en los gestores de políticas públicas de la economía solidaria, que, a pesar de ser múltiples, se relacionan con lo que constituye la bibliografía como propuesta de organización del trabajo en la representación de la vida social, según los valores de la economía solidaria.

Palabras claves: Valores de la Economía Solidaria, políticas públicas de la Economía Solidaria en Brasil, Administradores de las Políticas Públicas

Abstract: The solidarity economy phenomenon encompasses a range of initiatives and agents transversally linked by the generation of organized work based on its own values and assumptions. However, it is not a uniform movement, but a movement with different purposes. The public contribution to the generation of work and income, according to the perspective of the solidarity economy, inserts an important agent to this dynamic: the public manager. The understanding, beliefs and valuation process of public managers of solidarity economy policies are part of the panorama of those who build this other economy, adopted by some government agendas. Based on this, this study proposes to identify which values of the solidarity economy are predominant according to the perception of Brazilian public policy managers and ex-managers. Methodologically, being a theoretical-empirical research, the Solidarity Economy Values Scale (EVES) instrument was applied to the 43 respondents, and the analysis was performed according to the descriptive statistics procedures. With that, the predominant values configurations of the public policy managers of solidarity economy were obtained, which, despite being multiple, are related to what the bibliography constitutes as the proposal of work organization and representations of social life, according to the values of the solidarity economy.

Key-words: Values of Solidarity Economy, Brazil's public policies of Solidarity Economy, Public Managers and Administrators

Introdução

Os valores são cruciais para a compreensão das ações dos indivíduos, eles norteiam o modo de pensar, agir e tomar decisões (Pires e Macedo, 2006). Exercendo assim impactos em diversas atitudes e comportamentos manifestos em contextos como o do trabalho (Chatman, 1989), bem como nas práticas, políticas, e estruturas organizacionais (Bansal, 2003). Conhecer esse conjunto de significados valorativos torna-se relevante proporcionando informações e reflexões, oportunizando um repensar que permita transformar práticas adotadas no cotidiano de trabalho e da vida social. Nesse contexto apresenta-se a importância de estudar os Valores da Economia Solidária. Na perspectiva adotada por este estudo, a mesma não representa apenas uma estratégia para a inserção de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, mas sim uma proposta de transformação das relações de produção, de comercialização, de consumo, das relações de trabalho e da vida.

Mesmo que se tenha uma propagação das experiências de economia solidária no Brasil, elas ainda carecem de instrumentos públicos de apoio e reconhecimento. Entre os desafios para a construção das políticas públicas de economia solidária, é destacada a sua concepção teórica-metodológica, diversificada em função de especificidades locais, sobretudo, do sentido e valores atribuídos à economia solidária. Tal processo de investigação, conscientização e reconsideração dos valores é um exercício salutar à economia solidária. Porque parte-se da proposta de uma inversão de valores, de crenças e de significados, acerca do trabalho e do próprio processo de sobrevivência dos indivíduos, valores e práticas que devem ser o foco dessas políticas públicas. Assim, as políticas públicas pertencentes ao campo da economia solidária precisam refletir essa nova relação de trabalho, diferenciada daquelas tradicionalmente concebidas pelas organizações heterogestionárias.¹

¹ A diferença se dá na própria estrutura das organizações heterogestionárias. Nestas, existe uma dualidade, de certo modo linear, entre o que gere e o que é gerido, ou seja, entre dois agentes sociais, o que comanda

De modo a compreender essa percepção valorativa, este trabalho objetiva identificar quais os valores da economia solidária são predominantes segundo a percepção de gestores e ex-gestores brasileiros de políticas públicas de economia solidária. Trata-se de um estudo teórico-empírico de abordagem quantitativa e natureza descritiva, que utilizou o instrumento Escala de Valores da Economia Solidária (EVES), proposta e validada por Guerra (2014), aplicada à amostra de 43 respondentes que atuam ou já atuaram como gestores. Os resultados apresentados decorrem do procedimento realizado por estatística descritiva para exame da distribuição dos dados da pesquisa.

Economia solidária e transformação em meio ao pluralismo de concepções e práticas

A economia solidária é resultado do movimento auto-organizado travado pela luta operária contra a gula de ampliação do capital, em especial durante o capitalismo industrial. Daí estruturam-se importantes movimentos, que conciliavam conquistas trabalhistas e novas configurações de trabalho, como as experiências cooperativistas de Robert Owen em New Harmony durante as primeiras décadas do século XIX (Singer, 2002). Quanto à experiência Latino-americana, Gaiger (2009) indica que o desenvolvimento da economia solidária na década de 1980 remete a expressões regionais da solidariedade de longa data, como as formas nativas pré-colombianas e os sistemas coletivos assumidos pelos ex-escravizados.

Recuperada no Brasil, sobretudo a partir da década de 1980 e em decorrência da crise sofrida, diferentes experiências autogestionárias ganharam força por incentivo de movimentos sociais e organizações engajadas pela geração de trabalho e renda. O foco do movimento voltou-se à sociedade civil organizada, organizações não governamentais, alas progressistas da Igreja Católica, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e universidades e entidades de apoio, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Todas cumpriram importante papel para organizar e consolidar o programa de economia solidária (Singer, 2002). Os maiores avanços institucionais² foram atingidos a partir de 2003, com o Governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Originou-se o movimento de economia solidária, de profusas ambições, de sentido polissêmico, variando conforme os campos epistemológicos e as abordagens empregadas.

Mesmo sendo um amplo movimento, em linhas gerais, elementos presentes em variadas experiências possibilitam a conceituação abrangente da economia solidária como:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (Cruz, 2006: 69).

Autores como Singer (2002) e Mance (1999) atribuem à economia solidária sentido contrário ao capitalismo, podendo até mesmo superá-lo. Para Singer (2002), a economia solidária constitui um modo de produção próprio, potencialmente alternativo ao capitalismo, baseado na socialização do capital e na liberdade individual. Unindo os produtores em uma classe de trabalhadores detentores do capital e repartidores da renda, seguindo relações de igualdade e solidariedade. Laville e Gaiger

(concebe) e aquele que é comandado (executa) na medida em que põe os dois agentes sociais um ao lado do outro (Faria, 1985).

² Entre esses avanços destaca-se a criação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (presente nos Planos Plurianuais do Governo Federal de 2004 – 2007 e 2008- 2011), cujo intuito foi atender às principais demandas dos EES por meio de políticas de acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e a organização dos processos de produção e comercialização. Ver: Da Silva (2011) e Dibbern e Cristofolletti (2020).

(2009) compreendem a economia solidária enquanto organização solidária, em detrimento de interesse individual e ganho material, evidenciada pela socialização dos recursos produtivos e gestão igualitária nos empreendimentos.

Consoante ao que pretende este estudo, é necessário o marco conceitual da economia solidária defendida por Arruda (2000): uma ampla alternativa, que necessita de estratégias para ser construída. Primeiro, é fundamental ir ao encontro dos trabalhadores, diminuindo a situação de exclusão em que se encontram. É preciso que o foco permaneça na inversão de lógicas e *valores* da sociedade, para a transformação de caráter objetivo e subjetivo. Para o advento da economia em função do social e do homem, as renovações são fundamentais:

[...] envolve em primeiro lugar, uma revolução cultural de grande escala e profundidade. Não se trata apenas de mudanças na estrutura de produção, na tecnologia, na organização do trabalho, no modo de ser das instituições, sobretudo as empresas e o Estado. Todas essas são transformações indispensáveis. Mas a condição que garantirá a coerência, a sustentabilidade e, enfim, o êxito delas é a transformação no interior de nós próprios, nos valores que nos dão sentido, nas atitudes que permeiam nossos comportamentos e modos de relação, na postura frente aos desejos e aspirações, na consciência sobre o nosso próprio ser – inclusive sobre o inconsciente – e suas potencialidades, no grau de controle sobre nossa direção infra-humana, instintos e impulsos peculiarmente animais. Não se criam novas estruturas, novas instituições e novas relações sociais com velhos seres humanos (Arruda, 2006: 65-66).

Pela perspectiva abordada por este estudo (Arruda, 2000; 2003; 2006) no cerne deste estudo, a economia solidária é entendida como superior à gestão coletiva do trabalho por setores excluídos, e tem potencial transformador da sociedade pela primazia dos interesses sociais sobre os econômicos. O que significa uma transformação pautada em valores que possibilitem a constituição socioeconômica voltada tanto à reprodução ampliada da vida quanto à emancipação dos indivíduos. Gerando conformações mais solidárias, mais dignas e com maior qualidade de vida aos sujeitos e à coletividade (Arruda, 2003).

O entendimento em questão partilha do ideal de transformação social que Lima e Dagnino (2013) expõem nos termos de utopias possíveis e convergentes entre a economia solidária e a tecnologia social. São as utopias como a “autogestão”, resultando no controle pelos trabalhadores da produção e suas tecnologias. O que exige a utopia “dimensão coletiva e participativa da produção de bens e conhecimento”, permitindo o controle teórico-prático dos processos de trabalho, suas tecnologias e sua organização. Gerando conhecimento e aprendizado. Levando à utopia “dimensão pedagógica do trabalho e a transformação das práticas de sociabilidade”, pela produção associada de bens e conhecimentos, invertendo a lógica das tecnologias alienantes do trabalho, segundo valores solidários para libertação das amarras capitalistas. E o que leva à matriz das utopias, a “superção do capitalismo”, constituída partindo das experiências anteriores, por práticas e relações sociais para além dos arranjos do capital.

Embora não seja a concepção adotada, é considerável mencionar que o debate em relação à economia solidária compreende oposições ao seu potencial transformador. Eid (2007) indica que, no debate em relação à economia solidária, encontram-se aqueles que a analisam como a reprodução de um messianismo marcado por políticas assistencialistas, sem potencial emancipatório. Outros concebem a economia solidária como paliativo às pressões sociais geradas pelo desemprego das crises capitalistas, sendo superada no pós-crise. E, além disso, existem aqueles que analisam a economia solidária como acordo social para gestão das crises capitalistas, protelando uma ruptura. Por outro lado, observa o mesmo autor:

Para os que acreditam que a economia solidária, não capitalista, pode ser uma alternativa de geração

de trabalho, emprego e renda, é consensual e de fundamental importância que qualquer estratégia para seu crescimento deva prever a elaboração participativa na formulação e na implementação de políticas públicas específicas (Eid, 2007: 49).

As contribuições das políticas públicas do movimento de economia solidária passam pela importante presença dos gestores públicos como um dos segmentos pertinentes a esse movimento, segundo os quais este estudo busca compreender os valores atribuídos à economia solidária.

Valores da economia solidária: o norte estratégico para a transformação

Os valores não são apenas crenças que comportam o campo das preferências, mas sim, imperativos sobre o comportamento (Lovejoy, 1950). De acordo com as contribuições de Schwartz (1992), os valores são crenças e metas conscientes, ambas norteadoras, com capacidade seletiva em relação às ações, objetivos, pessoas e situações. Os valores podem ser associados aos construtos motivacionais,³ são as contrapartidas dos indivíduos e sociedades em relação às três tarefas exigidas de modo universal: as necessidades dos indivíduos como organismos biológicos, as exigências da interação social coordenada, e os requisitos para o bem-estar e a sobrevivência da coletividade.

A significação dos valores pode ser alocada a uma dialética que, pela socialização e aprendizagem constantes, são capazes modelar o comportamento humano em razão dos interesses das organizações (Mendes e Tamayo, 1999). A interpretação dos valores compreende o modo com que eles conservam uma função primordial na orientação de atitudes e comportamentos dos sujeitos e em determinados contextos organizacionais e psicossociais (Silva, Zanelli e Tolfo, 2013).

Em meio aos estudos de valores, Schwartz (1992) classifica-os a partir de duas dimensões: os valores gerais (ou básicos) e os específicos. Os valores gerais se referem aos conceitos que ficam implícitos às ações humanas. Eles podem ser generalizados aos diversos aspectos da vida dos indivíduos e aplicados aos contextos específicos, como o mundo do trabalho. Já a segunda dimensão abrange os valores relacionados a contextos específicos, tais como religião, família, trabalho e educação. O processo de avaliação na dimensão dos valores específicos, tais como os da economia solidária, permite mensurar as diferenças interpessoais e interculturais alcançadas quando esses valores são manifestados em determinados comportamentos e julgamentos (Schwartz, 1992).

Guerra (2014) atribui importância ao estudo dos valores da economia solidária devido ao modo com que, respaldada em Arruda (2000; 2003; 2006), considera a economia solidária não uma simples estratégia de inclusão de trabalhadores no mercado, mas uma possibilidade de transformação das relações de trabalho, de produção, de comercialização e consumo. Lançada a importância da identificação dos referidos valores e resultante da revisão dos princípios e práticas presentes na literatura atinente à economia solidária, a Escala de Valores da Economia Solidária (EVES) foi composta e validada pela autora a partir dos pressupostos: a) Organização do Trabalho e b) Representações Valorativas da Vida Social. Conforme apresenta o **Quadro 1**.

Quadro 1: Valores da Economia Solidária

Pressuposto: Organização do Trabalho	
Valores	Definição
Autogestão	A autogestão consiste na participação igualitária de todos os membros da organização, a discutirem e realizarem todos os processos que envolvem a gestão e produção do trabalho.

³ Entende-se por construtos as abstrações, construções teóricas que objetivam organizar e atribuir significados ao nosso ambiente. Eles não podem ser diretamente observados, mas podem ser mensurados pelos atributos ou indicadores derivados da clarificação e definição dos construtos (Pasquali, 2009).

Cooperação	A cooperação parte do pressuposto de que todos os indivíduos devem agir coletivamente ou interagindo, com vistas ao atingimento de um fim comum.
Identificação	É através da identificação que percebemos nós mesmos e os outros como indivíduos; é também através da identificação que se torna possível a aproximação ou distanciamento do outro, ou seja, a identificação mecanismo psíquico central no desenvolvimento das pessoas é a base da solidariedade ou da perseguição. O conceito psicanalítico de identificação é fundamental para a construção da identidade de cada um de nós e também para as nossas relações com os outros. No processo de identificação, as organizações aparecem ao sujeito como sistemas culturais, simbólicos e imaginários.
Pressuposto:	Representações Valorativas da Vida Social
Valores	Definição
Tomada de Consciência do Processo Produtivo	A Tomada de Consciência do Processo produtivo diz respeito à consciência dos trabalhadores em relação à reprodução, de forma que sejam recuperados e reintegrados os indivíduos à riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral.
Cidadania	A cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. De uma forma mais abrangente, tem-se o conceito de cidadania de Marshall, que o divide em três partes: civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Identifica os tribunais de justiça como as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos do governo local. Já o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico até a segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.
Consumo Consciente	O consumo consciente diz respeito ao pensamento e a prática de que o ato de consumir produtos e serviços não está relacionado apenas a uma questão de gosto, mas a um ato ético e político. Ao consumir um produto originado de um processo onde há exploração do trabalho, degradação do meio ambiente, etc., está se mantendo essas formas de produção.
Desenvolvimento Humano	O desenvolvimento humano coloca os indivíduos no centro do desenvolvimento, por meio da promoção de seus potenciais, do aumento de suas possibilidades e pela liberdade de sobrevivência.
Igualdade	A igualdade é um valor que permeia várias relações sociais, desde as de trabalho até as diversas formas de convivência. Entende-se então, a igualdade como a horizontalização das relações acompanhada das de vidas responsabilidades.
Qualidade de vida	A qualidade de vida consiste no atendimento das necessidades do indivíduo, sejam essas necessidades físicas, mentais, psicológicas, emocionais, etc.
Solidariedade	A solidariedade é o comprometimento com o trabalho coletivo, cooperativo, cooperativo, comunitário. Ela visa um caráter de reciprocidades, de ajuda mútua, de troca igualitária entre os que participam de determinadas organizações.

Fonte: Adaptado de Adaptado de Guerra (2014).

Tudo isso, objetivando avaliar: “princípios e pressupostos da organização do trabalho e de representações valorativas da vida social, que permeiam a organização dos empreendimentos econômicos solidários e as relações estabelecidas entre os seus membros e destes com o restante da sociedade” (Guerra, 2014: 78).

Entendido seu escopo valorativo, para que os desdobramentos desses valores possam avançar sob a economia solidária em suas execuções públicas, é fundamental compreender o que constitui as

Ação pública e transformação pelas políticas públicas de economia solidária

Ao fim da década de 1990, ganha notoriedade o esgotamento da dinâmica social segundo a ordem espontânea do mercado. Em razão do desafio de abrandar os problemas da relação capital-trabalho e capitalismo-democracia, marcadas pela exploração e acumulação, o Estado atua sobre esse ambiente, alavancando uma agenda voltada às políticas sociais e às instituições públicas de direitos universalizados. Ampliando assim a participação de movimentos sociais e iniciativas cidadãs que reivindicam a ação política e das instituições público-políticas para a consolidação da sociedade e a evolução social (Danner, 2017). Destaca-se que esses direitos não dispensam uma visão crítica quando mantidos dóceis ao imperativo do capitalismo e suas desigualdades (Marshall, 1967), ponto que será retomado mais adiante.

Há multimodos conceituais em relação às políticas públicas. Souza (2006) compreende as políticas públicas como o campo do conhecimento que pretende colocar o governo em ação e ainda, analisá-la e reformular o curso dessa ação. Existem ainda outras percepções, que afirmam que política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” (Dye, 1972: 1). A partir dessa concepção, as políticas públicas também passariam a significar a omissão ou a negligência. Entretanto, conforme apresenta Secchi (2013), as políticas públicas são diretrizes dotadas de intenção e resposta, elaboradas com a finalidade de resolver ou mitigar um problema coletivamente relevante. Assim, a omissão pode caracterizar a falta de uma política pública voltada para a solução do problema.

Originária de iniciativas sociais, a economia solidária passou a compor as estratégias das agendas públicas frente ao desemprego, sendo incorporada paulatinamente por estados e municípios (França Filho, 2006). A presença vigorosa do aparato institucional fornecido pelo Governo Federal à economia solidária, em especial com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e em seguida, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Rede de Gestores de políticas públicas de economia solidária, permitiu que o movimento se ampliasse nos três níveis de governo e em todo território nacional e obtivesse importantes avanços.⁴

Conforme sua ampliação, o movimento de economia solidária requer não apenas ações setoriais específicas, mas ações públicas totalizantes e transversais, que abarquem instrumentos de múltiplas áreas governamentais (Praxedes, 2009). Não estando posto, mas em construção, o movimento de economia solidária é matizado quanto às intenções. Dibbern e Cristofolletti (2020) entendem que a economia solidária, pela articulação de políticas estatais de enfrentamento à pobreza, pode ser capaz de proporcionar direitos não garantidos à população. O que seria atingido pela organização associativa para a geração de trabalho e renda de comunidades vulnerabilizadas. E não só, dada essa amplitude experimental-intencional, já que a economia solidária propõe que a produção integre uma sociabilidade própria, é possível que seus empreendimentos sejam capazes de responder a outros problemas e demandas por direitos com potencial para além do trabalho e renda.

As políticas públicas de economia solidária podem ser distinguidas conforme apresentado por Araújo e Silva (2005): a interpretação solidarista (ou comunitarista) e a utilitarista. Esta última compreende a economia solidária pertencente ao campo das obrigações devidas pelo Estado ou pela sociedade civil organizada, para garantia de trabalho ou renda, ampliando a cidadania social. A

⁴ Ressalta-se a realidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e conseqüentemente das políticas públicas de economia solidária, em âmbito federal, desde o Golpe que destituiu a Presidente Dilma Rousseff. Desde 2003, ano de sua criação, a SENAES era vinculada ao MTE, mas com a posse de Michel Temer, em 2017, a Secretaria foi rebaixada a Subsecretaria, ainda vinculada ao MTE. A partir de 2019, mais especificamente, a partir da Medida Provisória 870/2019, do Governo Jair Bolsonaro, a SENAES deixa de existir, sendo transformada em um departamento do Ministério da Cidadania, vinculada à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana.

interseção do Estado com o mercado resultaria no Estado de Bem-Estar às comunidades carentes, visando a inclusão no mercado pelo o assalariamento. Já a interpretação solidarista tem maior correspondência aos princípios da economia solidária, e a interpreta enquanto articulação dinâmica entre o Estado, o mercado e a comunidade. Sem exclusividade de um ou de outro, mas viabilizando, pela participação dinâmica, os caminhos da autonomia distanciada do caráter compensatório de inclusão pelo assalariamento. Os direitos sociais e os deveres de solidariedade são ligados à própria comunidade por um comunitarismo recíproco.

A formulação do aporte institucional adequado à economia solidária, segundo a interpretação solidarista, é imprescindível para que ela avance como “política de desenvolvimento social e econômico fundamentada na organização coletiva, associativa e autogestionária” (Schiochet, 2009: 268). A economia galgada pela solidariedade comporta grande potência enquanto estratégia dotada de impacto social, devendo ser foco de investimentos e aporte público para sua ampliação e concretização nos diversos níveis de governo (Schwengber, 2004).

Em grande medida, podem-se elencar as características das políticas públicas de economia solidária. (1) Podem ser consideradas políticas em construção, uma vez que possuem ampla heterogeneidade, em especial, ao seu nível de estruturação, conforme a concepção da participação social, e seu modo de execução. Tudo isso corrobora com particularidades já demonstradas, como a de que a economia solidária no Brasil é polissêmica. Ou seja, possui muitos sentidos e práticas variadas. E também seus os gestores possuem diferentes concepções e vivências (França Filho, 2012).

(2) As políticas públicas de economia solidária são fundadas na cooperação e no conflito. A economia solidária não surge no Estado, mas primeiro na sociedade e em seus movimentos populares. Para que tais as políticas se desenvolvam, é fundamental uma vinculação com a sociedade civil, inclusive institucionalizada, como as Entidades de Apoio e Fomento. Muitas vezes, o Estado volta-se aos atores da sociedade civil para cunhar estas políticas, o que as horizontaliza. Mas essa colaboração Estado-sociedade, ainda que com resultados positivos, envolve também fricções e conflitos (França Filho, 2012).

Finalmente, (3) as políticas públicas em questão podem ser entendidas como políticas de organização da sociedade. As vocações dessas políticas não são atender às demandas dos sujeitos isoladamente, com uma política compensatória e de assistência. “Os resultados são muito mais consistentes quando se organiza a sociedade em vez de responder na forma de alocação individual de recursos. Mas só acontecem em médio e longo prazo.” (França Filho, 2012: 441). Frente à exigência imediatista de resultados da política, demanda-se uma metodologia diferenciada de avaliação, capaz de analisar os resultados qualitativamente (França Filho, 2012).

À medida que as políticas públicas de economia solidária reconhecem e fornecem aparato a novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania, novas formas de produção, reprodução e distribuição social, elas se tornam parte da construção de um possível Estado Democrático de Direito (Schwengber, 2006). Corroborando com isso, para Schiochet (2009: 268), a economia solidária enquanto política pública: “[...] relaciona-se justamente as potencialidades para a institucionalização de uma nova sensibilidade, de solidariedade e da ação pública frente aos limites dos compromissos próprios da social-democracia, bem como à superação de políticas neoliberais”. Aprimorar o êxito das políticas públicas de economia solidária exige esforços público-administrativos, que demandam, conforme as necessidades anteriormente abordadas, compreender os valores atribuídos à economia solidária por quem institui tais políticas públicas.

Procedimentos metodológicos

Metodologicamente, o presente trabalho teórico-empírico possui abordagem quantitativa. Que busca interpretar informações em linguagem matemática de modo a mensurá-las para a classificação e análise empregando técnicas estatísticas (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010). Em relação ao seu

objetivo, a presente pesquisa tem caráter descritivo, almejando descrever as percepções, opiniões, crenças e *valores* de determinados sujeitos (Gil, 2002). A amostra compreende 43 respondentes, sendo eles: gestores e ex-gestores de políticas públicas de economia solidária no Brasil, com diferentes vinculações e âmbitos da administração pública em abrangência a nível nacional. Em razão do perfil dos sujeitos deste estudo – sua amplitude nacional, e a insipiência das informações não sistematizadas – ele se classifica em concordância com os casos apresentados por Creswell (2010), nos quais não é possível determinar o tamanho da população da pesquisa.

Além disso, quanto à caracterização dos respondentes, como apresentado no **Quadro 2**, ressalta-se que este estudo foi desenvolvido entre agosto de 2018 e julho de 2019, constatando um cenário no qual, em termos quantitativos, dos 43 gestores pesquisados, somente 13 ainda atuavam como tal, e 30 não mais. É possível que as transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil, sobretudo, a partir do ano de 2016, estejam ligadas à redução das políticas públicas de economia solidária, e consequente finalização da atuação de seus gestores nestas políticas. Sobre o âmbito de atuação dos gestores, 5 atuaram na esfera federal; 12 estadual; e 13 municipal. Na época da pesquisa, nenhum gestor atuava ainda no âmbito federal; 3 atuavam no estadual; e 10 no municipal. A finalização das atuações é um dado intrigante, possível de investigações posteriores, não anulando a pertinência deste estudo, já que sua questão central é a percepção dos sujeitos da pesquisa em relação à economia solidária.

Apesar das baixas comuns, frente ao desmantelamento do exercício dos gestores de políticas públicas de economia solidária na esfera federal e estadual, nota-se o importante papel desenvolvido pelo gestor municipal, que apresentaram maior continuidade na atuação segundo as informações obtidas.

Quadro 2: Perfil amostral da pesquisa

PERFIL DE ATUAÇÃO DOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA			
ÂMBITO	LOCAL	VINCULAÇÃO	ATUAÇÃO ⁵
Estadual	Bahia	Superintendência de Economia Solidária	Encerrada
Estadual	Bahia	Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo	Encerrada
Estadual	Bahia	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes	Encerrada
Estadual	Bahia	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte/ Superintendência de Economia Solidária	Encerrada
Municipal	Campinas-SP	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda	Encerrada
Municipal	Paulista-PE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Encerrada
Municipal	Sapucaia-RJ	Secretaria de Assistência Social e Habitação de Interesse Social	Encerrada
Municipal	Palmas-TO	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Encerrada
Municipal	Sertãozinho-SP	Secretaria de Administração	Encerrada
Municipal	Campinas-SP	Secretaria de Trabalho e Renda	Encerrada
Municipal	Serra-ES	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Não encerrada
Municipal	Goiás-GO	Secretaria de Cidadania e Participação Popular	Encerrada

⁵ A atuação dos gestores de políticas públicas de economia solidária é classificada como encerrada ou não encerrada, conforme identificado até o último dia da coleta de dados da pesquisa em 26 de agosto 2019.

Valores da Economia Solidária e Políticas Públicas: possibilidades de aproximação

Estadual	Bahia	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	Encerrada
Municipal	Recife-PE	Secretaria de Desenvolvimento e Empreendedorismo	Encerrada
Municipal	São Carlos-SP	Departamento de Apoio à Economia Solidária	Não encerrada
Municipal	Canoas RS	Secretaria de Desenvolvimentos Econômico	Encerrada
Federal	-	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural	Encerrada
Federal	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária	Encerrada
Estadual	Santa Catarina	Fundação Catarinense de Cultura	Não encerrada
Municipal	Araraquara-SP São Carlos-SP.	Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia e Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.	Encerrada
Estadual	Pará	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda	Encerrada
Municipal	Guarulhos-SP	Secretaria do Trabalho	Encerrada
Municipal	Itajaí-SC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Não encerrada
Estadual	Bahia	Empresa Baiana de Desenvolvimento Rural	Encerrada
Federal	-	Ministério do Trabalho	Encerrada
Estadual	Maranhão	Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária	Não encerrada
Municipal	São Carlos-SP	Departamento de Apoio a Economia Solidária	Não encerrada
Municipal	São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	Encerrada
Municipal	São Vicente-SP	Secretarias municipais de Assistência Social e de Ciências, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Trabalho.	Não encerrada
Estadual	São Paulo	Secretaria Estadual de Agricultura	Não encerrada
Municipal	Betim-MG	Secretaria Municipal de Assistência Social	Encerrada
Estadual	Maranhão	Superintendência do Trabalho e Emprego	Encerrada
Estadual	Bahia	Superintendência de Economia Solidária	Encerrada
Estadual	Minas Gerais	Superintendência Regional do Trabalho	Encerrada
Municipal	Conselheiro Lafaiete-MG	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Não encerrada
Municipal	Curitiba-PR	Fundação de Ação Social	Não encerrada
Estadual	Bahia	Secretária do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Encerrada
Federal	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária	Encerrada
Estadual	Maranhão	Trabalho e Economia Solidária	Encerrada
Estadual	Bahia	Secretaria de Políticas Para Mulheres	Não encerrada
Estadual	Bahia	Ministério do Trabalho; Governo do Estado da Bahia	Encerrada
Municipal	São Carlos-SP	Departamento de Apoio à Economia Solidária	Não encerrada

Municipal	Serra-ES	Departamento de Economia Solidária e Apoio ao Associativismo lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Não encerrada
-----------	----------	--	---------------

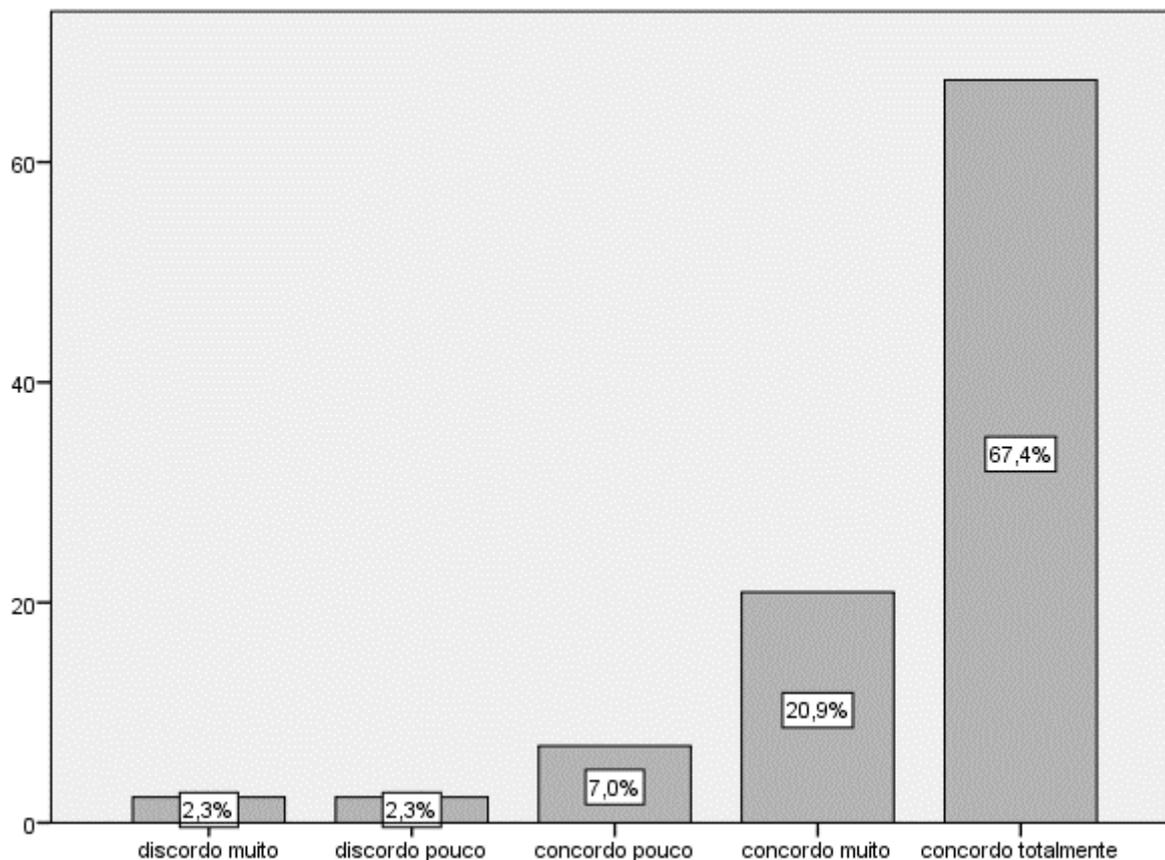
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados foram coletados por meio de questionário virtual, enviado por *e-mail* e via *WhatsApp*, no aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms*, vantajoso por sua acessibilidade, e amplo alcance geográfico de respondentes durante a coleta de dados. Algumas limitações são a necessidade de recursos de comunicação virtual e o distanciamento físico. A primeira seção do questionário foi estruturada com questões para traçar o perfil de atuação dos gestores, e a segunda seção empregou o instrumento EVES, proposto e validado por Guerra (2014), adaptado para o contexto dos gestores de acordo com os fins desta pesquisa.

O instrumento visa a identificar os valores atribuídos à economia solidária, utilizando-se da escala *Likert* para o posicionamento segundo a ordem: 1 – discordo totalmente; 2 discordo muito; 3 – discordo pouco; 4 – concordo pouco; 5 – concordo muito; 6 – concordo totalmente. Aplicado o instrumento, empregou-se a abordagem quantitativa para a análise. Por meio de estatística descritiva, examinou-se a distribuição dos dados utilizando o *software Statistical Package for the Social Science* (SPSS®) versão 15.0, licenciada. Empregou-se estatística descritiva para investigar a distribuição de frequência dos resultados alcançados, segundo análises e inferências (Lopes, 2003). Para tal, utilizou-se a frequência absoluta a partir do número de vezes que cada elemento da variável se repetiu na amostra.

Apresentação e análise dos resultados

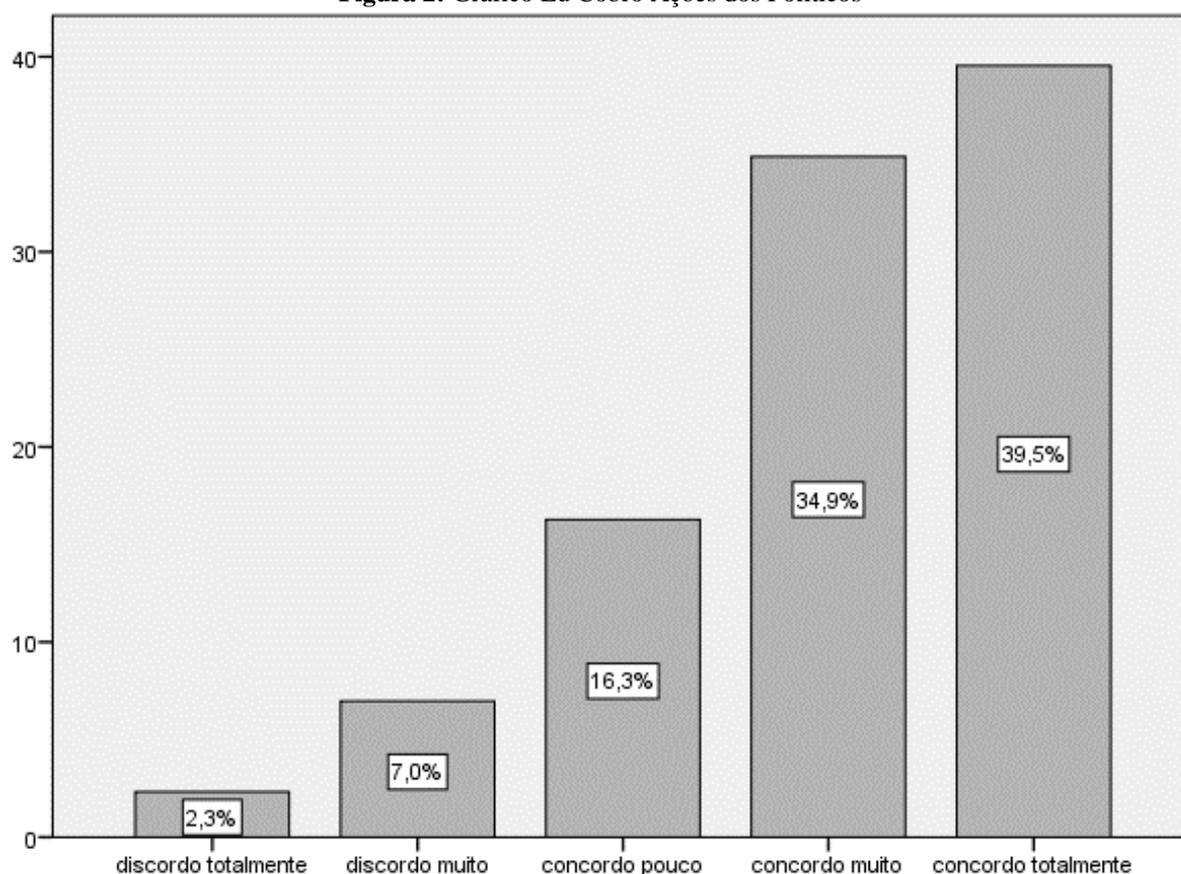
Os resultados dos Valores da Economia Solidária sob a ótica dos gestores de políticas públicas de economia solidária foram obtidos pela investigação da distribuição de frequência, conforme mencionado anteriormente. Pertencente ao primeiro valor da EVES, *Tomada de Consciência do Processo Produtivo*, a afirmação *Há Diferenças Entre Trabalhar em uma Empresa e um EES*, possuiu como maior frequência de respostas 29 (67,4%) gestores que com ela concordam totalmente; outros 9 (20,9%) concordam muito; 3 (7,0%) concordam pouco; 1 (2,3%) discorda totalmente; e outro 1 (2,3%) discorda muito. Conforme a **Figura 1**.

Figura 1: Gráfico Há Diferenças Entre Trabalhar em uma Empresa e um EES

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O resultado de que 39 (90,6%) gestores, ou seja, a maioria, concorda em diferentes graus com a existência de diferenças de trabalho nos referidos empreendimentos, evidencia a importante e provável noção de que a economia solidária preconiza a consciência dos trabalhadores, exercida pelo controle associado por meio da autogestão. Esse entendimento é indispensável, posto que a economia capitalista e a solidária se diferenciam principalmente pelo modo de administração das organizações: a primeira aplica a heterogestão, hierarquizada com níveis de autoridade; já a organização solidária se administra pela autogestão, com participação de todos os trabalhadores e trabalhadoras (Singer, 2002).

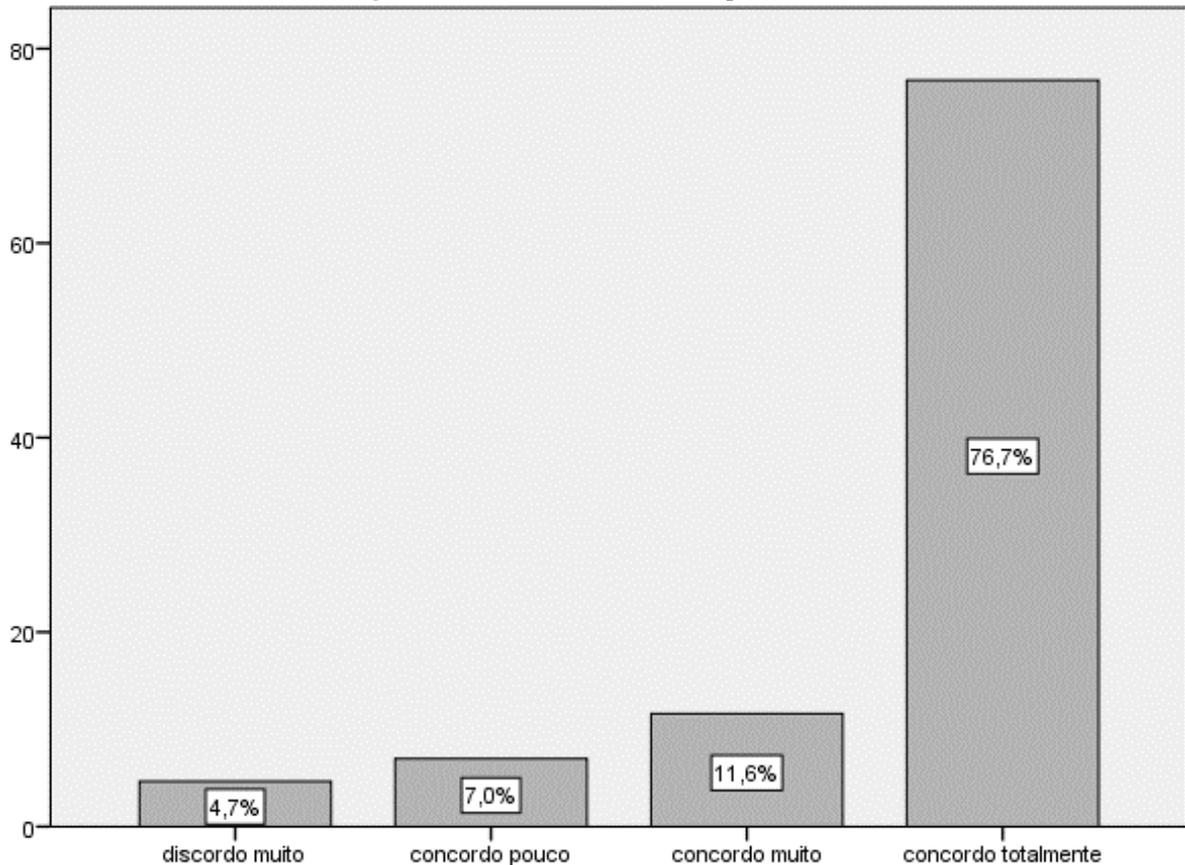
Em relação às três afirmativas correspondentes ao segundo grupo valorativo da EVES, o da *Cidadania*, as respostas à afirmação *Eu Cobro Ações dos Políticos* variaram. Uma vez que 17 (39,5%) gestores concordam totalmente, afirmando que cobram ações dos políticos; 15 (34,9%) concordam muito; 7 (16,3%) concordam pouco; 3 (7,0%) discordam muito; e 1 (2,3%) discorda totalmente. Conforme a **Figura 2**.

Figura 2: Gráfico Eu Cobro Ações dos Políticos

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Somadas as duas frequências mais significativas, 32 (74,4%) gestores concordam, totalmente ou muito, que reclamam ações dos políticos. Cobrança imprescindível, já que a cidadania é o valor da economia solidária por meio do qual as instituições podem ser acessadas e modificadas em favor de outra conformação econômica. Para Schiochet (2009), o movimento em favor da economia solidária tem inserido a problemática da autogestão coletiva na agenda pública, transformando-a em luta por direitos, preconizando a autogestão como princípio de organização social, econômica e política.

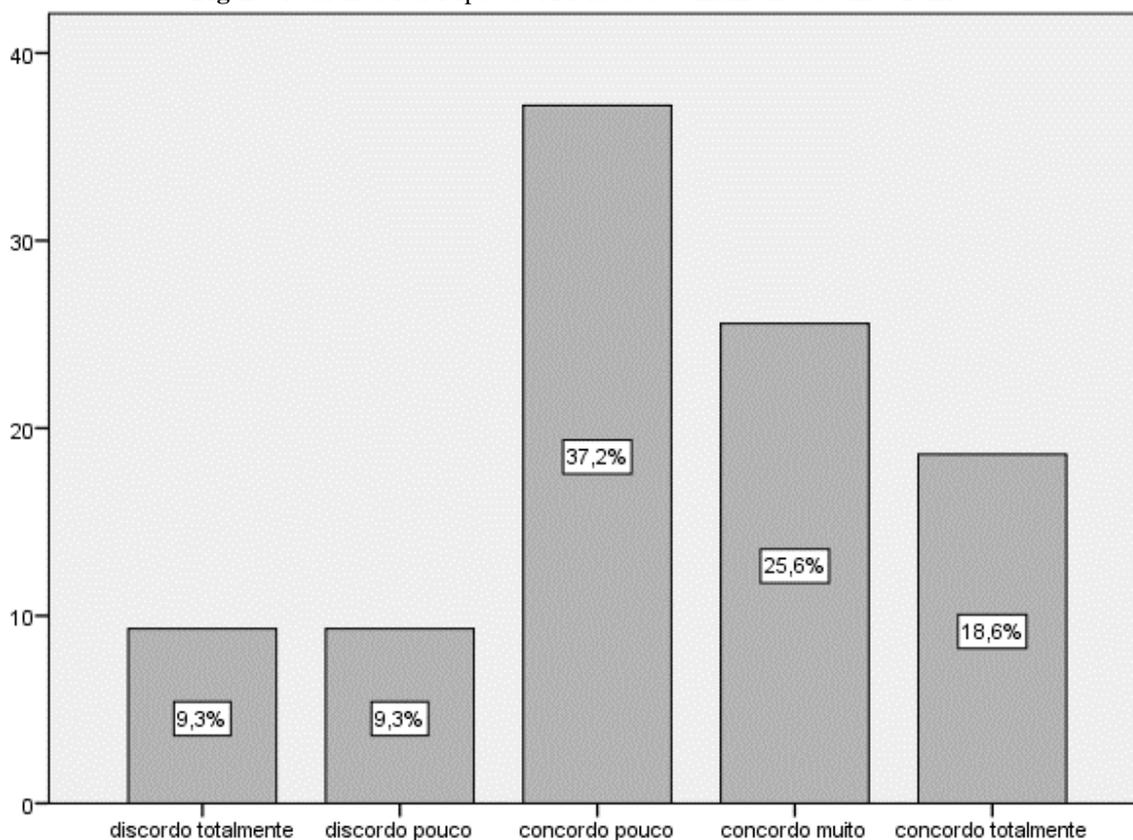
À afirmação *Eu me Interesso por Política*, atribui-se numerosa frequência de 33 gestores (76,7%) que concordam totalmente; outros 5 (11,6%) concordam muito; 3 (7%) concordam pouco; e 2 (4,7%) discordam muito. Conforme a **Figura 3**.

Figura 3: Gráfico Eu me Interesse por Política

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

É pertinente o resultado que a maioria dos gestores se interessa por política, visto a necessidade de incorporar às esferas políticas a economia solidária e seus atores, submetendo a barbárie da economia à regulação política. Por esse ângulo Schiochet (2009) reconhece a economia solidária como política pública marcada pela dependência do interesse dos governos de incluírem às suas agendas os atores dela praticantes. Avanços nesses sentido são importantes. Contudo com a tutela política, a economia solidária pode conceber novas institucionalidades, valores e orientações para o processo de desenvolvimento. É importante ressaltar que todos os respondentes são gestores ou ex-gestores públicos, mostrando-se coerente o interesse pela política enquanto frente de atuação.

A última afirmativa, sob o valor da cidadania, *Participo das Atividades Comunitárias do meu Bairro*, tem como maior frequência de resposta 16 (37,2%) gestores que concordaram pouco; 11 (25,6%) concordaram muito; 8 (18,6%) concordaram totalmente; 4 (9,3%) discordaram totalmente; e outros 4 (9,3%) discordaram pouco. Conforme a **Figura 4**.

Figura 4: Gráfico Participo das Atividades Comunitárias do meu Bairro

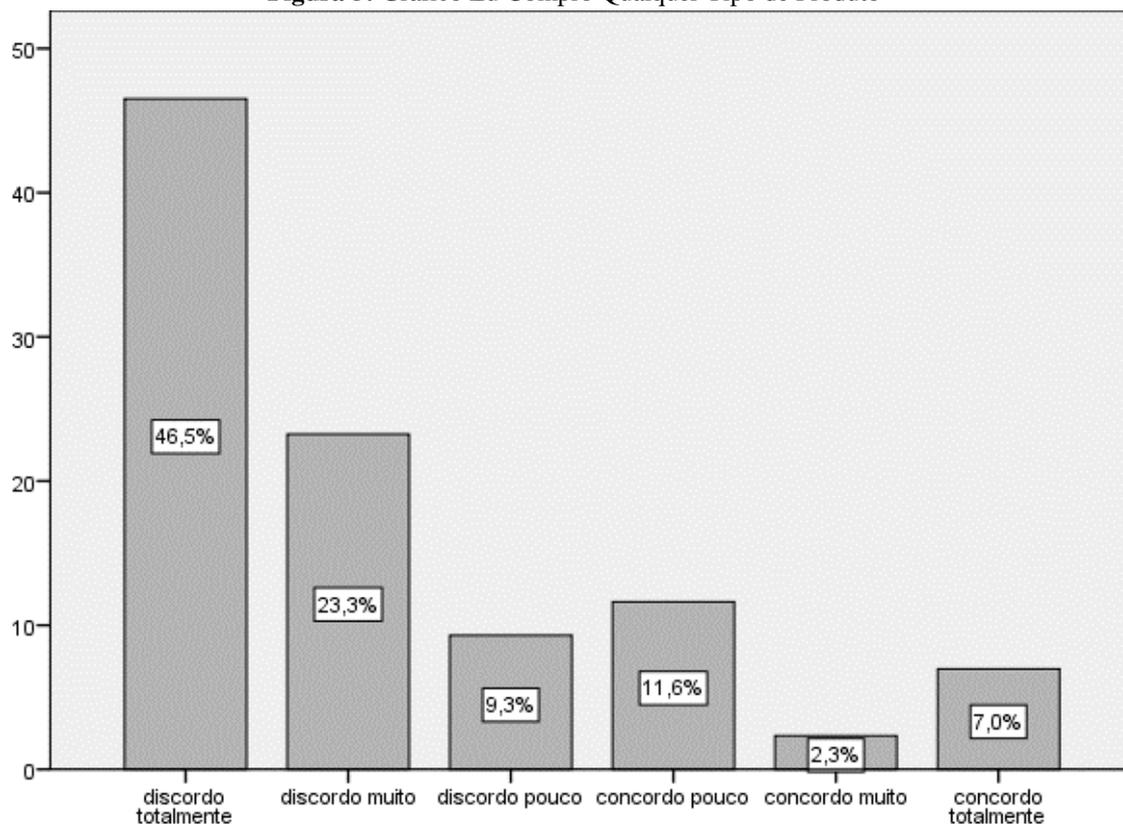
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As 35 (81,4%) respostas mais significativas, de posicionamento concordante, se associam ao que a economia representa por meio das ações públicas e comunitárias, e os desdobramentos dessas ações:

as formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, isto é, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir (França Filho, 2007: 162).

É importante observar: cidadania, enquanto valor da economia solidária, não pode desenvolver-se sucedânea à cidadania circunscrita ao capitalismo. Cidadania esta desenvolvida pela ampliação de direitos não-conflitantes com as desigualdades da sociedade capitalista, mas sim, indispensáveis para a manutenção desta forma de desigualdade (Marshall, 1967).

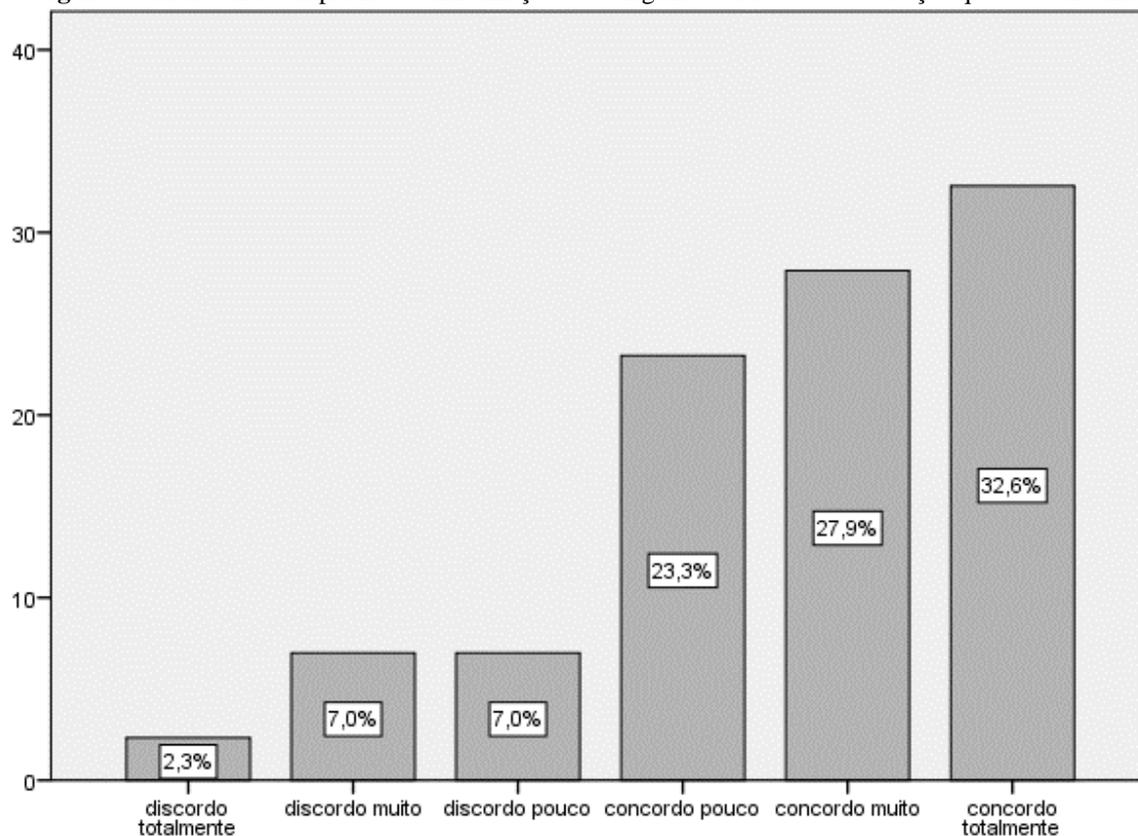
O terceiro grupo da EVES, o de *Consumo Consciente*, compreende três afirmativas, sendo a primeira *Eu Compro Qualquer Tipo de Produto*. As maiores frequências de respostas foram 20 (46,5%) gestores que discordaram totalmente; 10 (23,3%) que discordaram muito; 5 (11,6%) concordaram pouco; 4 (9,3%) discordaram pouco; 3 (7%) concordaram totalmente; e 1 (2,3%) concordou muito. Conforme a **Figura 5**.

Figura 5: Gráfico Eu Compro Qualquer Tipo de Produto

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Juntas, as duas maiores frequências equivalem a 30 (69,8%) gestores que discordam totalmente ou muito que compram quaisquer produtos. O resultado ilustra potencial comportamento de consumo mais próximo ao crítico do que alienado. Formas que podem ser realizadas como consumo solidário. Mance (2009) distingue os conceitos de consumo solidário e consumo crítico, este pode ser praticado pela compra de produtos de empresas capitalistas ou não. Já aquele, só pode realizar-se pelo consumo de produtos e serviços provenientes da economia solidária.

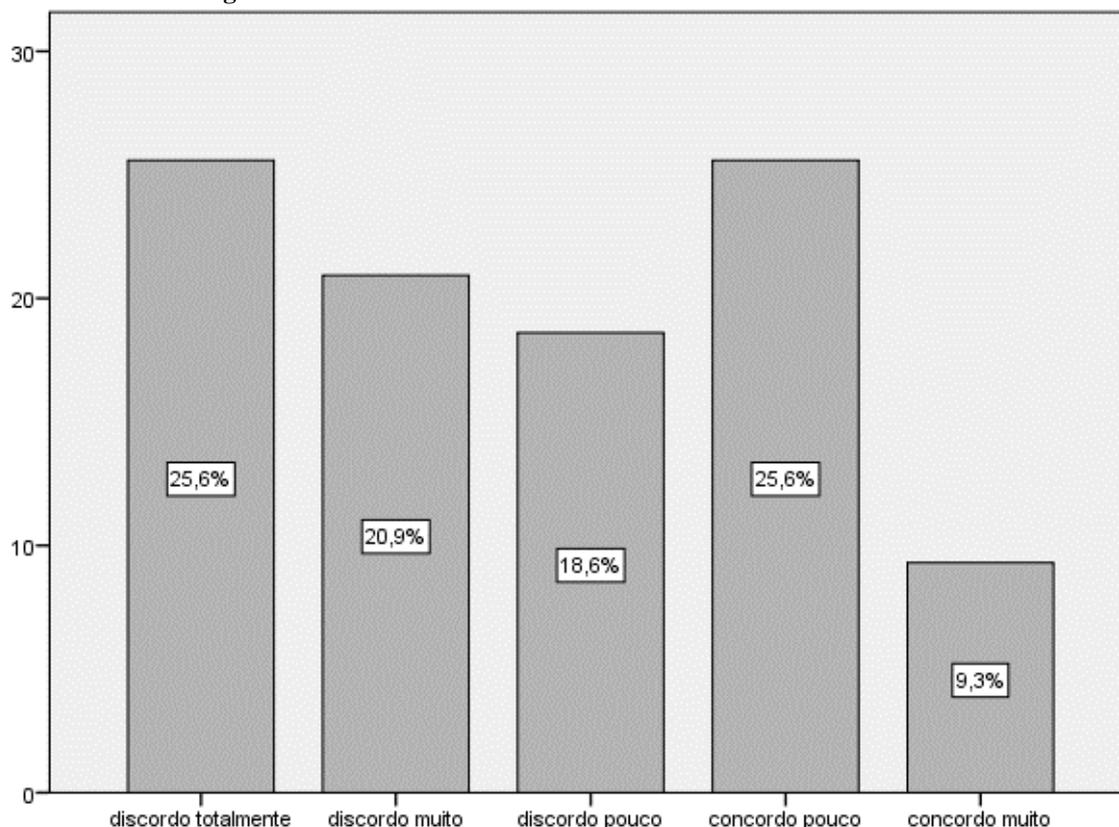
A afirmativa *Eu Sempre Busco Informações da Origem dos Produtos e Serviços que eu Consumo*, apresenta como máxima frequência de posicionamento 14 (32,6%) gestores que concordam totalmente; 12 (27,9%) concordam muito; 10 (23,3%) concordam pouco; 3 (7%) discordam pouco; outros 3 (7,0%) discordam muito; e 1 (2,3%) discorda totalmente. Conforme a Figura 6.

Figura 6: Gráfico Eu Sempre Busco Informações da Origem dos Produtos e Serviços que eu Consumo

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As maiores frequências de respostas somadas são de 36 (83,8%) gestores, que concordam buscar informações da origem dos produtos e serviços consumidos. Esta busca pode se relacionar aos preceitos da economia solidária, uma vez que o valor empregado: “[...] realimenta a produção solidária em prol do bem-viver de todos que integram as redes solidárias de produtores e consumidores, e igualmente, fomenta a manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. (Mance, 2009: 74). Obter informações da origem dos produtos e serviços consumidos é uma prática que pode contribuir para a expansão da economia solidária fomentando suas iniciativas produtivas e, conseqüentemente, os efeitos sociais, econômicos e ambientais pretendidos.

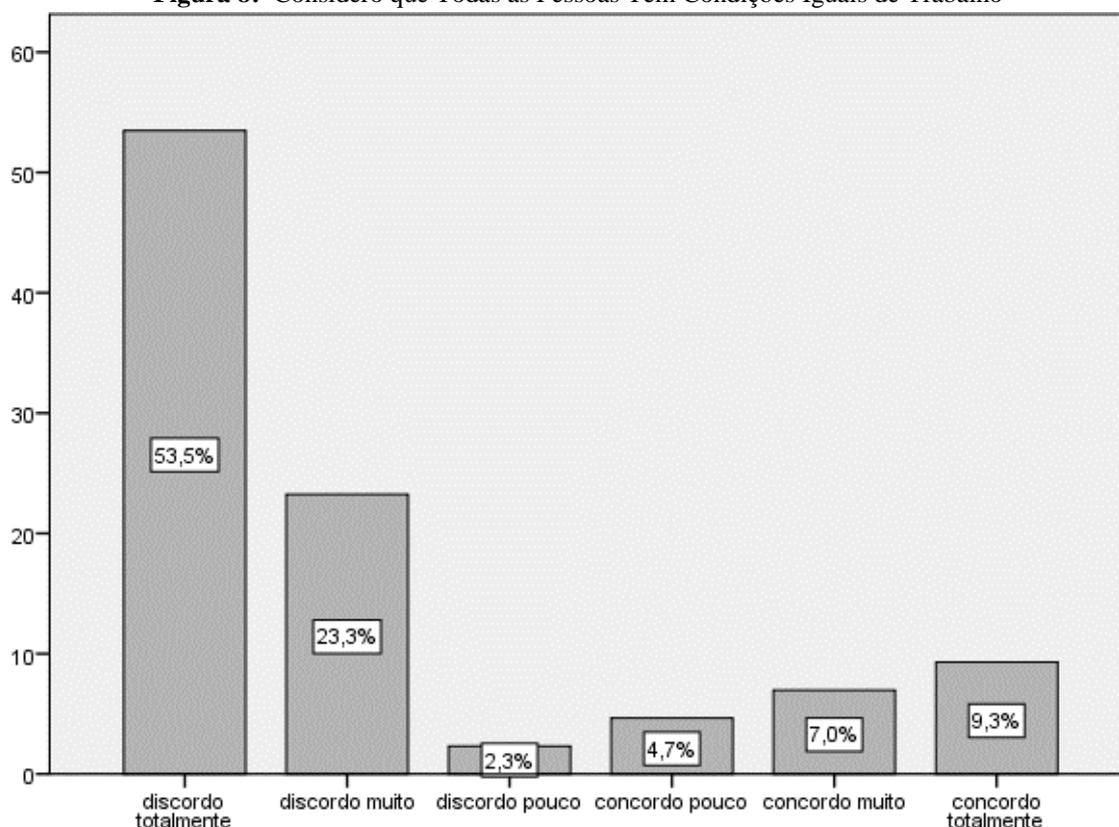
Já a declaração, *Eu Consumo Produtos Além da Minha Necessidade*, possui duas maiores frequências de posicionamentos, 11 (26,5%) gestores discordaram totalmente; 11 (26,5%) concordaram pouco; 9 (20,9%) discordaram muito; 8 (18,6%) discordaram pouco; e 4 (9,3%) concordaram muito. Conforme a **Figura 7**.

Figura 7: Gráfico Eu Consumo Produtos Além da Minha Necessidade

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O resultado assinala posicionamentos díspares em relação ao consumo segundo a necessidade, não sendo possível identificar um comportamento comum. Com exceção desse último, os resultados obtidos são favoráveis ao agrupamento da EVES denominados de consumo consciente, ou, aproximando-se do objeto em estudo, consumo solidário. Esta noção do consumo é significativa, dado seus efeitos. Para Kanan (2011), as práticas do consumo solidário possuem uma lógica sistêmica, preferem os produtos e os serviços que não exploram os trabalhadores, permitem que os excedentes dos empreendimentos sejam reinvestidos coletivamente e não impulsionem a degradação ambiental. Promove-se, por essas práticas, a ampliação tanto das liberdades públicas quanto privadas, desconcentrando riquezas e desenvolvendo a ecologia sustentável (Mance, 2009).

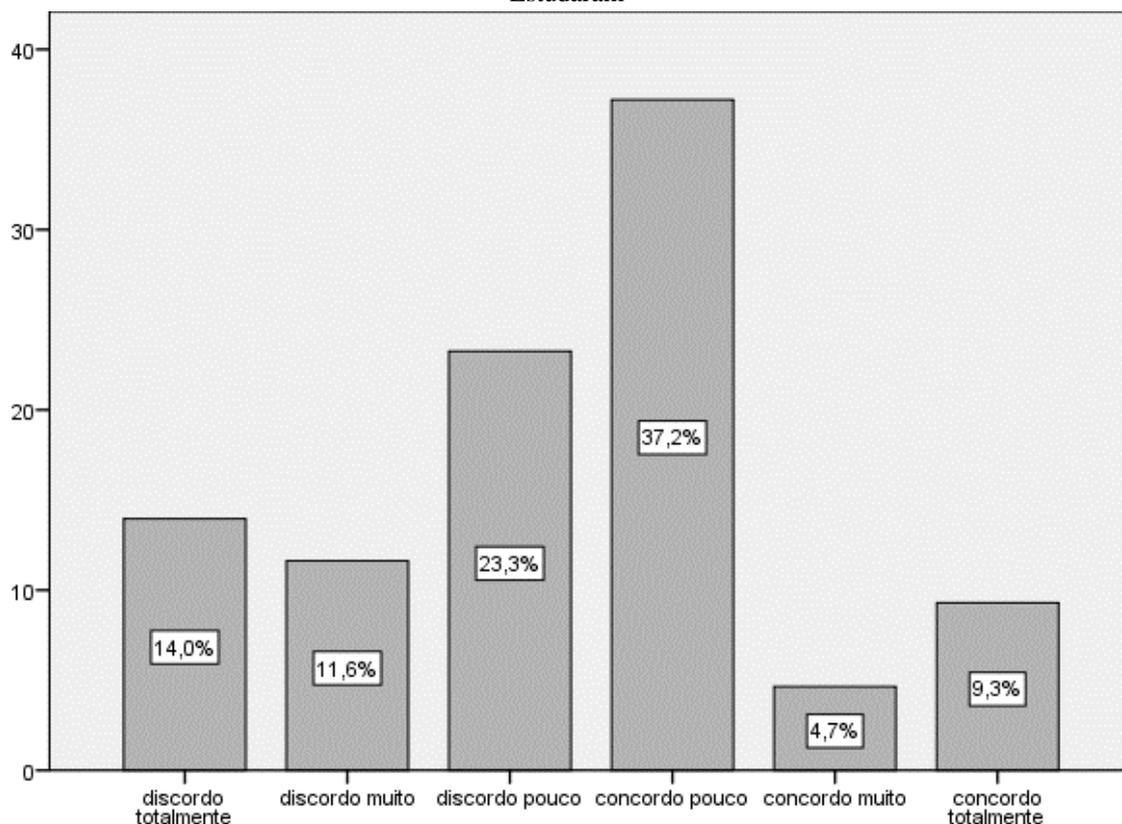
O quarto grupo de valores, o da *Igualdade*, é composto por três afirmativas, sendo a afirmação *Considero que Todas as Pessoas Têm Condições Iguais de Trabalho*, a primeira. Esta possuiu mais da metade de frequências de respostas, 23 (53,5%) gestores que discordam totalmente. O segundo conjunto de respostas mais representativo, 10 (23,3%) gestores discordando muito, 4 (9,3%) concordam totalmente; 3 (7%) concordam muito; 2 (4,7%) concordam pouco; 1 (2,3%) respondente discorda pouco. Conforme a **Figura 8**.

Figura 8: Considero que Todas as Pessoas Têm Condições Iguais de Trabalho

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O resultado de 34 (79,1%) respondentes que discordam em diferentes graus das condições igualitárias de trabalho converge à crítica que é imperativa à compreensão das desigualdades, constitutivas da necessidade de formas de trabalho pela economia solidária e, necessariamente, segundo os valores da igualdade. Nas iniciativas de economia solidária, diferentemente das empresas convencionais, o fator de produção estruturante é o trabalho e não o capital (Cruz, 2006). A economia solidária contrasta com a desigualdade e competição generalizadas, resultantes do modo de produção capitalista (Singer, 2002). Trazendo efeitos singulares: “nos limites do seu campo de ação, mas de forma efetiva, os EES incidem sobre uma série de divisões imperantes na sociedade, quebrando elos de reprodução das desigualdades” (Asseburg e Gaiger, 2007: 526).

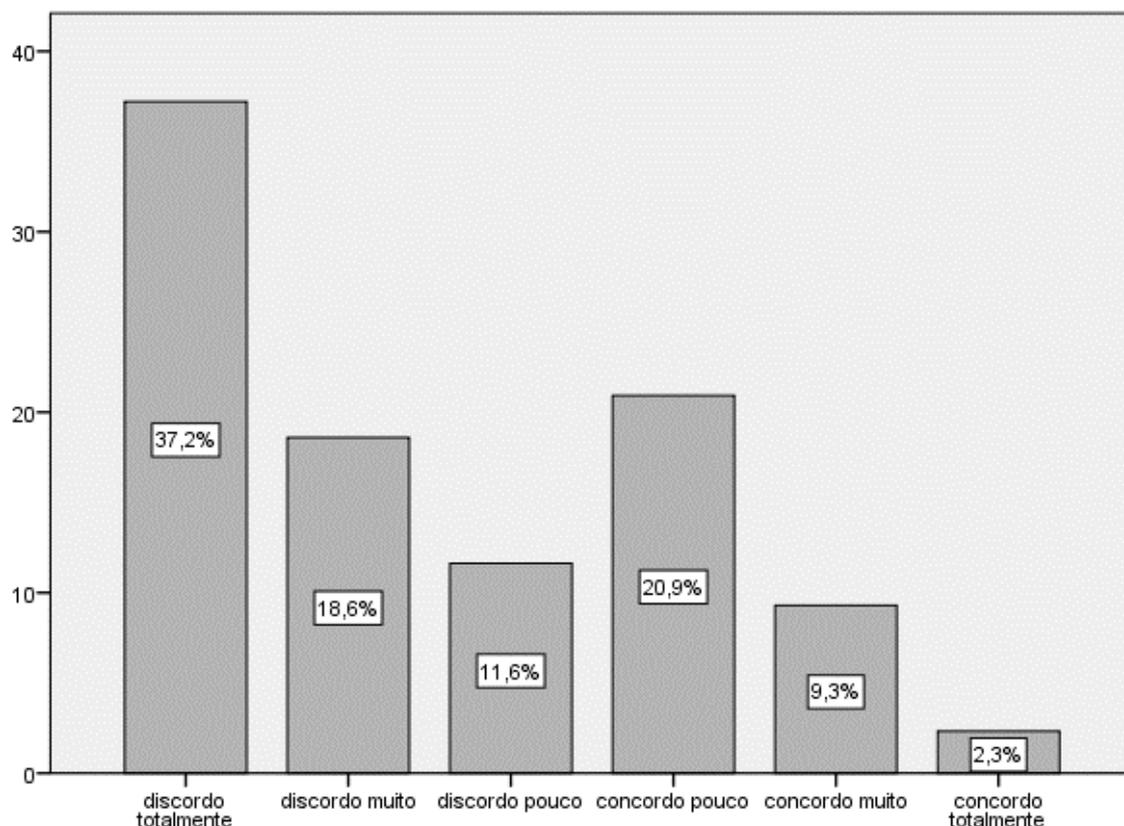
As frequências de respostas à afirmação, *As Pessoas que Estudaram Merecem uma Remuneração Melhor do que Aquelas que Não Estudaram*, demonstram que a maioria dos respondentes, 16 (37,2%) gestores, concordam pouco com o que foi apresentado. Outros 10 (23,3%) discordam pouco; 6 (14%) discordam totalmente; 5 (11,6%) discordam muito; 4 (9,3%) concordam totalmente e 2 (4,7%) concordam muito. Conforme a **Figura 9**.

Figura 9: Gráfico As Pessoas que Estudaram Merecem uma Remuneração Melhor do que Aquelas que Não Estudaram

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A maior frequência de respostas, ainda que concordantes, o fazem pouco. Em seguida, as frequências mais significativas são discordantes. Esse resultado apresenta ausência de conformidade quanto à compreensão da correspondência entre remuneração do trabalho e o acesso ao estudo, possivelmente uma lacuna de organização do trabalho na economia solidária, segundo o valor da igualdade. Uma vez que a economia solidária, distintamente da competitiva, se dá preliminarmente pelo predomínio da organização igualitária da sociedade (Singer, 2002), a hierarquização das funções no trabalho, seja pela remuneração ou outros prestígios socioeconômicos, apartam seguimentos à condição de subordinação. A desigualdade da gestão por competitividade das empresas diverge dos propósitos da economia solidária, uma vez que “cooperação e competição são, a rigor, incompatíveis entre si [...]” (Singer, 2002: 18).

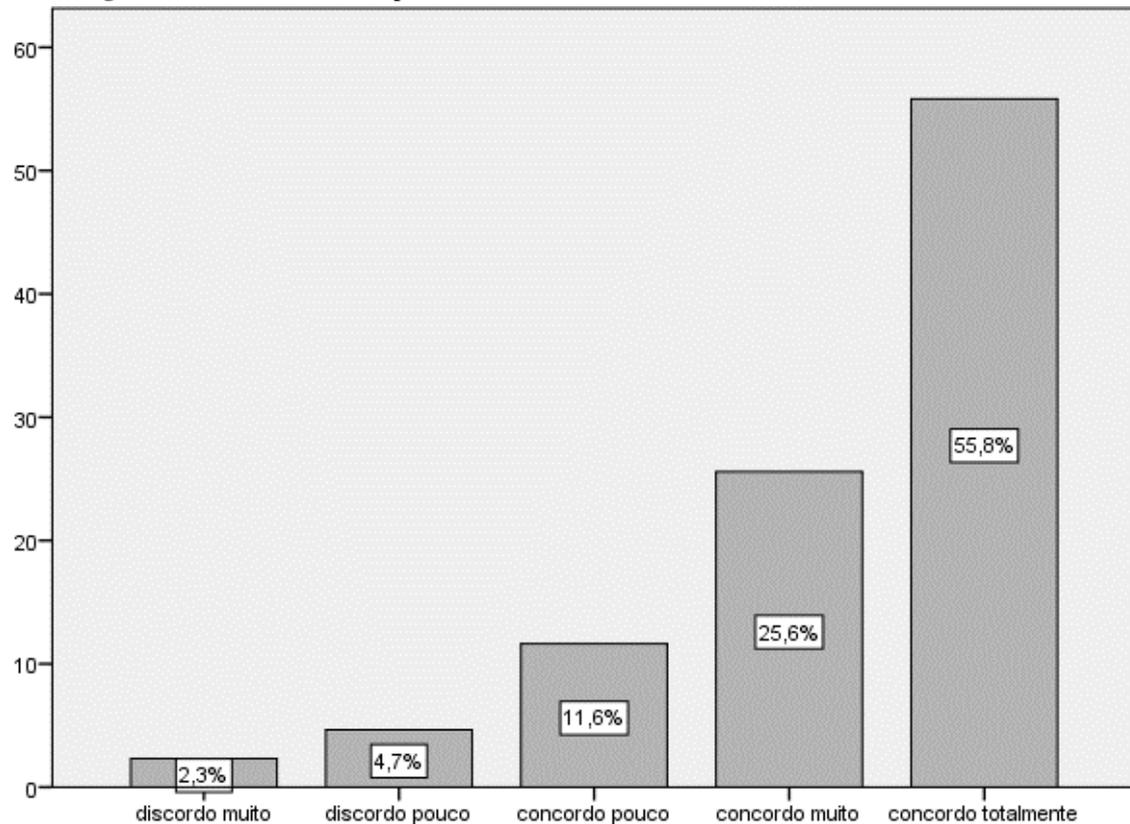
No tocante à afirmação *Existem Funções Mais Importantes do que Outras Dentro do Empreendimento*, as respostas demonstram maior frequência de 16 (37,2%) gestores que com ela discordam totalmente; 9 (20,9%) concordam pouco; 8 (18,6%) discordam muito; 5 (11,6%) discordam pouco; 4 (9,3%) concordam muito; e 1 (2,3%) concorda totalmente. Conforme a **Figura 10**.

Figura 10: Gráfico Existem Funções Mais Importantes do que Outras Dentro do Empreendimento

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A maior frequência de respostas que discordam totalmente da existência de funções mais importantes que outras no interior do empreendimento vincula-se, em primeira análise, à igualdade como um dos princípios da economia solidária. É crucial a distinção de funções em empreendimentos econômicos solidários maiores, mas sem representar hierarquização. Conforme Singer (2008), nas pequenas cooperativas não há distinção importante de funções, todos realizam o necessário. Já nos empreendimentos maiores, são necessárias algumas funções especializadas, como de presidência e tesouraria, atendendo deliberações coletivas. Na autogestão, todos os resultados obtidos, mesmo que em diferentes graus, apresentam-se em benefício da igualdade enquanto valor da economia solidária. Resultado crucial: a economia solidária é recorrentemente definida como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, de posse dos meios de produção dos trabalhadores e de gestão da organização (Singer, 2008).

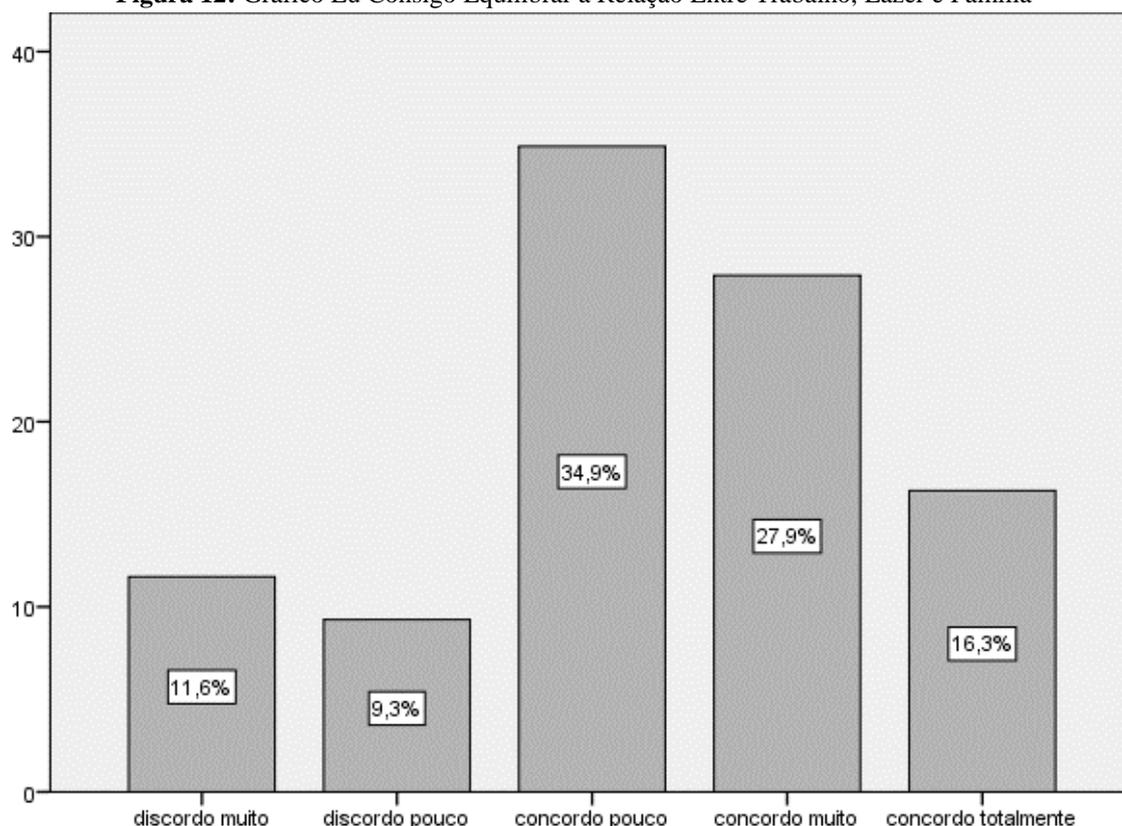
O quinto grupo de valores da EVES, o da *Qualidade de Vida*, compreende três afirmativas. A primeira, *O Desempenho do meu Trabalho me Transforma em uma Pessoa Melhor*, apresentou como maior frequência de respostas a ordem de 24 (55,8%) gestores que com ela concordaram totalmente; outros 11 (25,6%) concordaram muito; 5 (11,6%) concordaram pouco; 2 (4,7%) discordaram pouco; e 1 (2,3%) discordou muito. Conforme a **Figura 11**.

Figura 11: Gráfico O Desempenho do meu Trabalho me Transforma em uma Pessoa Melhor

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

De acordo com esse resultado, as respostas mais representativas são as confirmantes da transformação em uma pessoa melhor pelo desempenho do trabalho. Esta afirmativa pode ser ilustrada pela soma das duas maiores frequências, segundo a qual, 35 (81,4%) gestores concordam muito ou totalmente com a melhoria pessoal gerada pelo desempenho do trabalho.

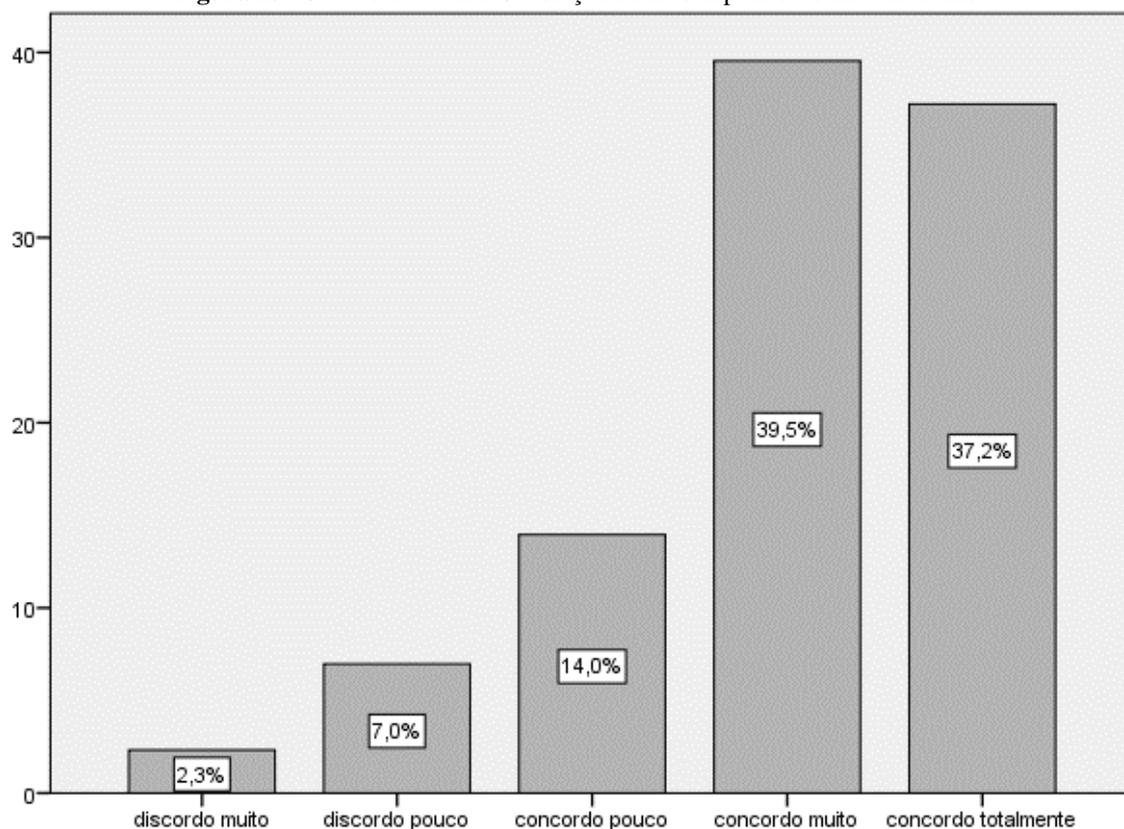
Quanto à afirmativa *Eu Consigo Equilibrar a Relação Entre Trabalho, Lazer e Família*, 15 (34,9%) gestores respondentes concordaram pouco; 12 (27,9%) concordam muito; 7 (16,3%) concordam totalmente; 5 (11,6%) discordam muito; e 4 (9,3%) discordam muito. Conforme a **Figura 12**.

Figura 12: Gráfico Eu Consigo Equilibrar a Relação Entre Trabalho, Lazer e Família

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Uma vez que o grupo de respostas mais representativo é concordante, é apontado que os gestores acreditam conseguir conciliar a relação entre trabalho, lazer e família. Esse resultado, pelo equilíbrio na conciliação entre esferas da vida como o trabalho, o lazer e a família se apresenta próximo à qualidade de vida segundo os valores da economia solidária.

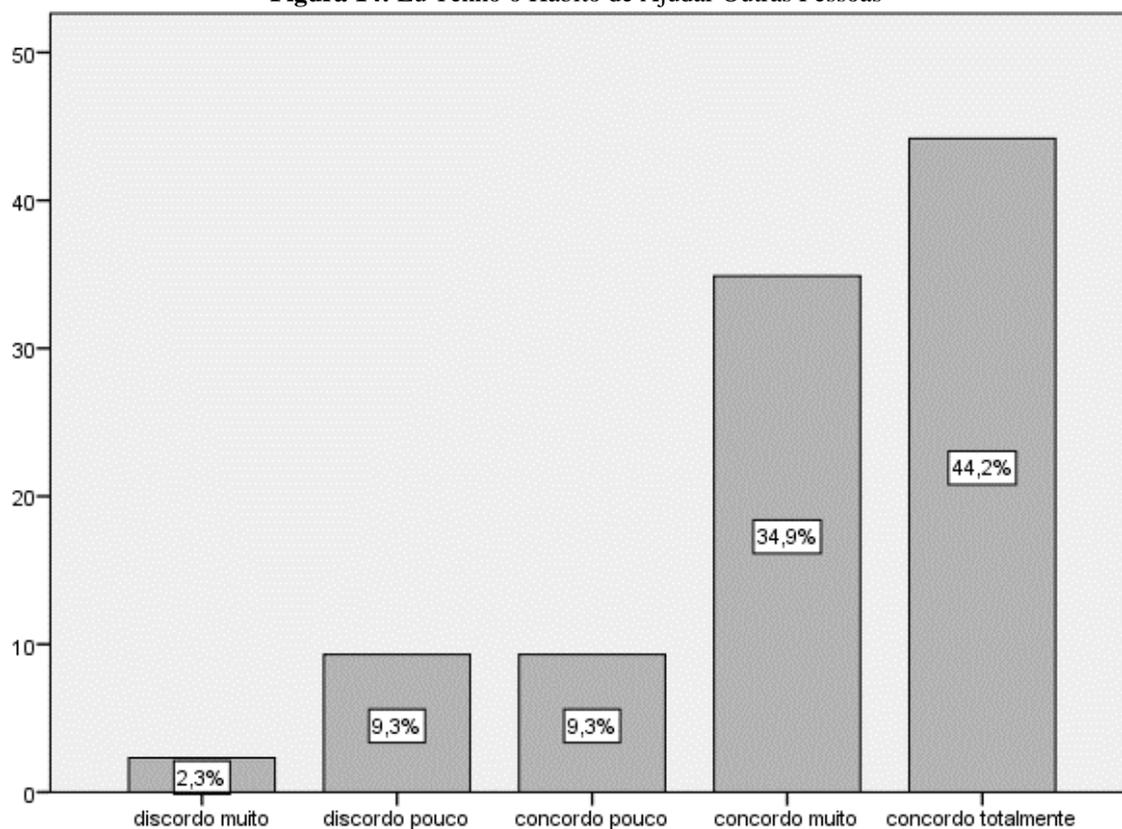
Por fim, à afirmativa *Eu Tenho Satisfação no Desempenho do meu Trabalho*, 17 (39,5%) gestores concordaram muito, sendo esse o posicionamento de maior frequência de respostas; 16 (37,2%) concordaram totalmente; 6 (14%) concordaram pouco; 3 (7%) discordaram pouco; e 1 (2,3%) discordou muito. Em decorrência, as frequências de repostas indicam que a maior parte dos gestores possuem satisfação no desempenho do trabalho. Isso se sustenta no significativo grupo de 33 (76,7%) respondentes que concordam muito ou totalmente com a afirmativa em questão. Conforme a **Figura 13**.

Figura 13: Gráfico Eu Tenho Satisfação no Desempenho do meu Trabalho

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados obtidos se alinham à qualidade de vida contida nos valores da economia solidária. Pautar a qualidade de vida significa romper concepções hegemônicas de economia, convergi-la ao ser humano e suas relações. Conforme Arruda (2003), a economia é recorrentemente assimilada como impositiva, submetendo a existência à luta da sobrevivência através do trabalho, o que não causa encanto. Já pela cooperação e solidariedade, a atividade econômica ganha uma dimensão de encantamento, próprio das relações humanas elementares à economia. Para o autor, a qualidade de vida passa pela economia do trabalho: “[...] envolve a dimensão material de reprodução simples e também a aspiração, o desejo, de uma reprodução ampliada da vida: a melhoria estrutural da qualidade de vida. Isso implica no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais de cada pessoa [...]” (Arruda, 2003: 26). O trabalho na economia, e nesse ponto os resultados são acertados, deve estar estreitamente comprometido à promoção da qualidade de vida. Coraggio (2000) reitera analisando o objetivo de empreendimentos da economia solidária – em especial a unidade doméstica – ao defender que a atividade desses empreendimentos deve objetivar manter e melhorar a qualidade de vida dos seus membros.

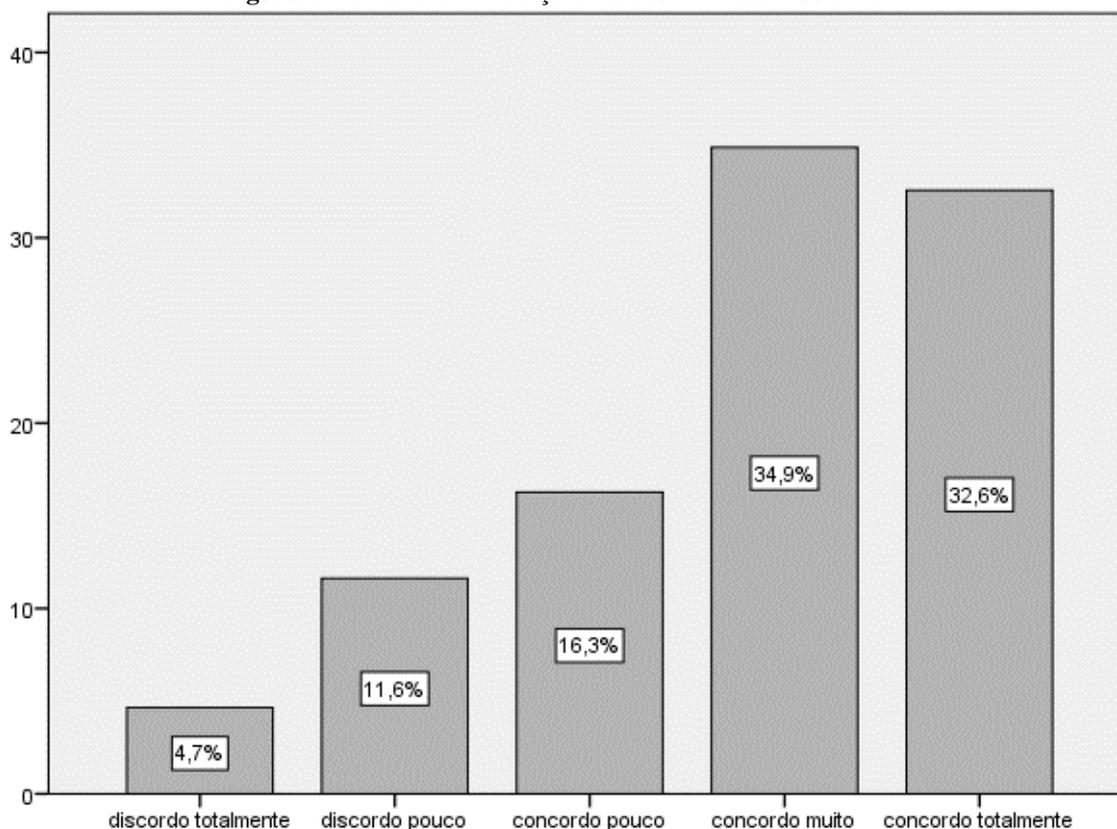
O sexto grupo de valores da EVES, o da *Solidariedade*, inclui as afirmações *Eu Tenho o Hábito de Ajudar Outras Pessoas* e *Eu Desenvolvo Ações em Prol da Minha Comunidade*. A primeira afirmação possui a maior frequência de respostas: 19 (44,2%) gestores que com ela concordam totalmente; já a segunda maior frequência são de 15 (34,95) que concordam muito; 4 (9,3%) discordam pouco; 4 (9,3%) concordam pouco; e 1 (2,3%) discorda muito. Conforme a **Figura 14**.

Figura 14: Eu Tenho o Hábito de Ajudar Outras Pessoas

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As duas maiores frequências de respostas, somadas, equivalem a 34 (79,1%) gestores que concordam totalmente ou muito possuir o hábito de ajudar outras pessoas. Esse resultado corresponde diretamente à solidariedade podendo ser prática da economia solidária se praticada para além do arquétipo filantrópico e engajado a fins de transformação da realidade.

A segunda afirmação, *Eu Desenvolvo Ações em Prol da Minha Comunidade*, apresentou como maior frequência de respostas 15 (34,9%) gestores que com ela concordaram muito; 14 (32,6%) concordaram totalmente; 7 (16,3%) concordaram pouco; 5 (11,6%) discordaram pouco; e 2 (4,7%) discordaram totalmente. Conforme a **Figura 15**.

Figura 15: Eu Desenvolvo Ações em Prol da Minha Comunidade

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A soma das duas maiores frequências de respostas resulta em 29 (67%) gestores que concordam muito ou totalmente desenvolver ações em prol de suas comunidades. Equivalente ao anterior, esse resultado também se aproxima do valor da solidariedade segundo a economia solidária que se ligada à ação em favor do coletivo, voltada ao bem comum. Mas a solidariedade na economia solidária, ainda que entendida na dimensão da ajuda e da ação comunitária, só pode delimitar-se segundo o que lhe é principal: os impactos na economia. Singer (2002) contribui nesse sentido, ao defender dois núcleos centrais, solidariedade e igualdade: a solidariedade na economia só é possível caso seja organizada igualitariamente, e para que predomine a igualdade, necessita-se que a economia seja solidária ao invés de competitiva, onde a cooperação substitui a competição. A ajuda e ação em favor da comunidade, enquanto componentes do valor solidariedade, na economia solidária, precisam se orientar a um projeto mais amplo de reciprocidade, segundo o qual a solidariedade democrática: “[...] reinsere a economia em seu papel de meio destinado a atingir fins de justiça social e de sustentabilidade ecológica” (Laville, 2009: 313).

Conclusões

Os valores influem sobre a realidade, orientam as percepções e ações dos indivíduos. Os valores da economia solidária orientam uma conduta específica, e a construção de uma realidade balizada por solidariedade e bem comum, que busca dissociar-se da égide do capitalismo. Como demonstrado, na economia solidária, o trabalho, o consumo, a política, a relação entre setores produtivos, entre indivíduos e natureza, busca mudança estrutural, pretendendo desfavorecer a estrutura que compete,

individualiza, expropria, explora, acumula e degrada. Os gestores públicos apresentam-se como agentes cruciais. Pela ação pública, podem contribuir à construção da economia solidária. Explorar os valores que os gestores de políticas públicas atribuem à economia solidária possibilita uma perspectiva acerca do que pode se estabelecer por tais políticas.

Em relação à análise de frequência, os gestores apresentaram posicionamentos, em sua maioria, potencialmente associados aos valores da economia solidária. A maior parte afirma:

Tomada de Consciência do Processo Produtivo: reconhecer diferenças entre trabalhar em uma empresa e um EES (Singer, 2002). *Cidadania*: cobrar ações dos políticos; interessar-se por política (Schiocchet, 2009) e participar das atividades comunitárias de seus bairros (França Filho, 2007; Marshall, 1967). *Consumo Consciente*: não comprar qualquer tipo de produto; buscar informações da origem dos produtos e serviços consumidos; e não consumir além do necessário (Kanan, 2001). *Igualdade*: discordar que todas as pessoas possuem as mesmas condições de trabalho (Asseburg, 2007; Cruz, 2006 e Singer, 2002); que pessoas que estudaram merecem remunerações maiores em detrimento das que não estudaram (Singer, 2002); discordar que existem funções mais importantes que outras nos empreendimentos (Singer, 2006). *Qualidade de vida*: concordar que desempenhar o trabalho lhes transforma em pessoas melhores; conseguir equilibrar trabalho, lazer e família; sentir satisfação no desempenho do trabalho (Arruda, 2003). E por último, *Solidariedade*: estar habituados a ajudar outras pessoas; e desenvolver ações em prol de suas comunidades (Laville, 2009 e Singer, 2002).

Compreender esses valores pode colaborar para o conhecimento do que constitui a economia solidária segundo seus gestores públicos, o que é uma contribuição pertinente. Como já dito, os valores norteiam ações e objetivos. Partindo das concepções e da sintonia ideológica identificada, a atuação dos indivíduos pesquisados sinaliza um campo da ação pública que, se fortalecido, poderá desdobrar em práticas e esforços condizentes ao projeto da economia solidária.

Ao passo que os valores dos gestores públicos identificados condizem com a consolidação de outra economia, também é alcançado que a atuação desses sujeitos tem sido abatida. Demonstrando que, apesar da pertinência valorativa em potencial, os canais concretos, como os caminhos institucionais, estão sendo fechados. Impossibilitando, em certa medida, que esses gestores atuem na consolidação da economia solidária. O que pode orientar desdobramentos deste estudo, como futuras pesquisas que complementem o que se realizou por meio desta, ampliando a investigação conjuntural das políticas públicas de economia solidária. Entendidos os valores que norteiam a atuação dos gestores, o estudo do panorama das políticas públicas poderá indicar até que ponto a economia solidária pode ser construída com o suporte da gestão pública.

Referências

Araújo, H. E.; Silva, F. A. (2005). Economia solidária: um novo paradigma de política pública? Notas Técnicas – IPEA, 2(28), 1-9. Retirado de: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5164>

Arruda, M. (2000). Um novo humanismo para uma nova economia. Em Kraychete, G.; Lara, F.; COSTA, B. (Org.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* (pp. 199-223). Petrópolis: Brasil, Vozes.

Arruda, M. (2003). Situando a Economia Solidária. Em Myiars, A. *Economia Solidária* (pp. 19-31). Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador, Brasil: FLEM.

Arruda, M. (2006). *Tornar Real o Possível – A Formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.

Asseburg, H. B.; Gaiger, L. I. (2007). A economia solidária diante das desigualdades. *Dados*, 50(3), 499-533. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582007000300003&script=sci_arttext&tlng=pt

Bansal, P. (2003). From issues to actions: The importance of individual concerns and organizational values in responding to natural environmental issues. *Organization Science*, 14(5), 510-527. Retirado de: <https://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.14.5.510.16765>

Chatman, J. A. (1989). Improving interactional organizational research: A model of person-organization fit. *Academy of management Review*, 14(3), 333-349. Retirado de: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1989.4279063>

Coraggio, J. L. (2000). Da economia dos setores populares à economia do trabalho. Em Kraychete, G.; Lara, F.; Costa, B. (Org.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* (pp. 91-142). Salvador, Brasil: VOZES. 66

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.

Cruz, A. (2006). A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. (Tese de doutorado). Retirado de: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286160>

Danner, L. F. (2017). Estado, política e evolução social: uma tendência para este século XXI. *Sociedade e Estado*, 32(1), 61-87. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000100061&script=sci_arttext

Da Silva, R. M. A. (2011). Políticas Públicas de Economia Solidária: avanços, desafios e perspectivas. *Diálogo*, (18), 53-76. Retirado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113512>

Dibbern, T. A y Cristofolletti, E. C. (2020). Direitos humanos e inclusão produtiva: uma análise do Plano Nacional de Economia Solidária (Brasil). *Otra Economía*, 13(23), 209-227. Retirado de: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14777>

Dye, T. R. (1972). *Understanding public policy*. Englewood Cliffs: Prentice – Hall.

Eid, F. (2007). Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?, *ORG & DEMO*, 8 (1), 47-66. Retirado de: <https://www2.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/382>

Faria, J.H. (1985). *Relações de Poder e Formas de Gestão*. Curitiba: Criar.

França Filho, G. C. (2012). O estudo sobre os municípios de Recife, Aracaju, São Paulo e governo da Bahia. Em Benini, E. A.; Faria, M. S. D.; Novaes, H. T.; Dagnini, R.; *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária* (pp. 433-441). São Paulo, Brasil: Outras Expressões.

França Filho, G. C. (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e

vocação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 7(1), 155-174. Retirado de: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/2041>

França Filho, G. C. (2006). Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. Em França Filho, G. C.; Laville, J.-L. *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional* (pp. 259-267). Porto Alegre, Brasil: Edufba/UFRGS Editora.

Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (84), 81-99. Retirado de: <https://journals.openedition.org/rccs/401>

Gaiger, L. I. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 16(39). Retirado de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>

Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Brasil: Atlas.

Guerra, A. C. (2014). Os valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho: um estudo em Empreendimentos Econômicos Solidários. (Tese de doutorado). Retirado de: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9VEHY5>

Kanan, L. A. (2011). Consumo sustentável & economia solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(3), 607-624. Retirado de: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000300011>

Kauark, F.; Manhães, F. C.; Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático Itabuna*, Brasil: Via Litterarum.

Laviille, J.-L. (2009). Solidariedade. Em Cattani, A. D.; Laviille, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (Coord.), *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Laville, J.-L.; Gaiger, L. I. (2009). Economia Solidária. Em Cattani, A. D.; Laviille, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (Coord.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 162-168). Coimbra, Portugal: Almedina.

Lima, M. T., Dagnino, R. P. (2013). Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. *Otra Economía*, 7(12), 3-13. Retirado de: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2013.712.01>

Lopes, L. F. D. (2019). *Apostila de Estatística*. Santa Maria, Brasil: UFSM, Retirado de: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/767/1/Apostila%20de%20Estatistica.pdf>

Lovejoy, A. O. (1950). Terminal and adjectival values. *The journal of Philosophy*, 47(21), 593-608. Retirado de: <https://www.jstor.org/stable/2021804>

Mance, E. A. (1999). *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Brasil: Vozes.

Mance, E. (2009). Consumo Solidário. Em Cattani, A. D.; Laviille, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (Coord.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 74-79). Coimbra, Portugal: Almedina.

Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Mendes, A. M., & Tamayo, A. (1999). Valores e vivências de prazer-sofrimento nas organizações. *Anais do XXIII EnANPAD*. Retirado de: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-org-17.pdf>

Pasquali, L. (2009). *Psicometria: Teoria dos Testes na Psicologia e na Educação*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes.

Pires, J. C. D. S., & Macêdo, K. B. (2006). Cultura organizacional em organizações públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 40(1), 81-104. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100005&script=sci_arttext

Praxedes, S. (2019). Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. *Notas Técnicas – IPEA*, 17(06), 1-6. Retirado de: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4069>

Schiochet, V. (2009). Políticas Públicas. Cattani, A. D.; Laviille, J.-L.; Gaiger, L. I.; Hespanha, P. (coord.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 268-272). Coimbra, Portugal: Almedina.

Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in experimental social psychology*, 25(1), 1-65. Retirado de: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=z9vHEy0osBAC&oi=fnd&pg=PA1&ots=Pinro6hWcz&sig=liOtMcdRxoIW4XsXsTtQV7BmWW4>

Schwengber, A. (2006). Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. Em França Filho, G. C.; Laville, J. -L.; Medeiros, A; Magnen, J.-P. (Org.), *Ação Pública e Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional* (pp. 293-296). Porto Alegre, Brasil: Edufba/UFRGS Editora.

Schwengber, A. (2004). Re-construir o caráter público do Estado e das Políticas. Em Guimarães, G.; Schwengber, A. (Org.), *Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores* (pp. 13-14). Rio de Janeiro, Brasil: ITCP/COPPE/UFRJ.

Secchi, L. (2013). *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo, Brasil: Cengage Learning.

Silva, N.; Zanelli, J. C.; Tolfo, S. R. (2013). Diagnóstico e gestão da cultura nas organizações. Em BORGES, L.; MOURÃO, L. (Orgs.), *O Trabalho e as Organizações: atuações a partir da Psicologia* (pp. 225-252). São Paulo, Brasil: Artmed.

Singer, P. (2008). Economia solidária. *Estudos avançados*, 22(62), 289-314. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142008000100020&script=sci_arttext

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Brasil: Fundação Perseu Abramo.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45. Retirado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222006000200003&script=sci_arttext

Enviado: 07/08/2020
Aceptado: 14/09/2020

Cómo citar este artículo:

Rosa, K. L. S, Guerra, A. C. y Toledo, D. A. C. (2020). Valores da Economia Solidária e Políticas Públicas: possibilidades de aproximação. *Otra Economía*, 13(24), 95-125.